



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE UNB PLANALTINA - FUP
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – LEdoC

A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA E O TRABALHO TEATRAL

KEYLA MORALES DE LIMA GARCIA

Planaltina – DF

2013



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE UNB PLANALTINA - FUP
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – LEdoC

A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA E O TRABALHO TEATRAL

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo – LEdoC, da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção ao título de licenciada em Educação do Campo, com habilitação na área de Linguagens.

Orientador Prof. Dr.: Rafael Litvin Villas Bôas

Planaltina – DF

2013

KEYLA MORALES DE LIMA GARCIA

A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA E O TRABALHO TEATRAL

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo – LEdoC, da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção ao título de licenciada em Educação do Campo, com habilitação na área de Linguagens.

Aprovada em ____/____/2013

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rafael Litvin Villas Bôas (UnB/FUP) – Orientador

Prof. Dr. Manoel Dourado Bastos (UEL) – Examinador Externo

Prof^a. MsC. Ana Maria Orofino Teles Doutoranda (PPG/FE) – Examinadora interna

Planaltina – DF

2013

Dedico este trabalho

A todos aqueles que acreditam que a vida pode ser melhor,
Às pessoas que fazem da arte novas possibilidades.
Aos amores que se deixam ser amados dialeticamente,
Aos poemas que “permitem” ser recitados,
Às músicas que “aceitam” ser cantadas e acabam sendo encantadoras,
Aos espetáculos teatrais que mesmo às vezes sendo “invisíveis” demonstram suas
potencialidades formativas;
Aos que buscam a formação da consciência política de alguém,
mesmo que seja da própria consciência.
Aos meus preciosos tesouros:
Abraão, Aline, Melissa e o bebezinho (a) que vem por aí:
Que fazem da nossa vida do campo a mais bela e interessante obra de arte.

Agradecimentos

Quero muito que este momento
Seja um pouco diferente do normal
Fazendo em poesia o Agradecimento
E mostrar como cada um é especial

Tem uma pessoa na minha vida
Que é mais que importante
Me faz sentir valorizada e querida
E me ama intensamente a todo instante

Primeiramente agradeço a Deus
Pela vida, paz, amor e sabedoria
Pelas oportunidades que Ele me deu
E pela força para vencer o dia a dia

O Abraão, meu marido e companheiro
Em quem eu posso com prazer me ancorar
Se preocupa em me ver feliz primeiro
E me apoia toda vez que vou estudar

Quando comecei a fazer esta poesia
Agradecer a quem? Eu passei a indagar
Se for citado primeiro, vai ter a primazia?
Ou a ordem das estrofes não vai importar?

Seu grande amor me fez perceber
Que casamento não é um ninho
É sim poder levantar voo e ter
Alguém que nos entende com carinho

Por fim eu cheguei a uma feliz conclusão
Porque que são todos tão especiais pra mim
A ordem dos fatores não altera o coração
E por isso fiz o meu poema bem assim:

A Aline e Melissa são
Minhas filhas lindas e compreensivas
a minha vida a inspiração
Que me ajudou a passar essa etapa da vida

Os responsáveis por minha existência
Pra mim são muito, mas muito especiais
Tiveram por mim amor, carinho e paciência.
Agradeço do fundo do coração aos meus pais

Não poderia deixar de lado
Os amigos todos, sem distinção
Que ajudaram a carregar o fardo
E nas horas tristes alegraram o coração

Agradeço bem carinhosamente
Ao meu querido e amado pai
Que me ajudou financeiramente
Ir pra Brasília: 4 anos de vem e vai.

Mas tem algumas amigas mais do peito
Como a Ro, Lu, Leda, Cris, Cláudia e Val
Que me ajudaram com seus jeitos
A vocês um obrigada especial

Quero dizer muito obrigada
A minha mãe que tanto amo
Se em valores éticos sou formada
É porque desde pequena seu nome chamo

A Rosana é uma amiga que tem a paciência
Vizinha de assentamento e professora
Que com carinho, amor e persistência
Me mostra como é bom ter amiga ajudadora

Não poderia deixar de agradecer
A meu irmão Kleber querido
Nossa história de vida nos fez crescer
Sempre torce por mim, meu grande amigo

A Valquíria pra mim no Tempo escola
É como uma “mãe”, comigo preocupada
Cuida de mim a todo o tempo e toda a hora
E pra ajudar os outros e a mim é animada.

Quero mostrar minha gratidão
Ao Rafael que me orienta
Por tanta ajuda e dedicação
Que me deu visão de mundo mais atenta

À escola Valmor Copati vou agradecer
Por abrir as portas para a inserção
O que me ajudou muito a desenvolver
Com professores melhorias na educação

O Rafael me mostrou a oportunidade
De obter novos conhecimentos
Sobre linguagem, psicologia e sociedade
Arte e teatro que ampliaram meus talentos

Aos vários momentos de aprendizagem
Que ocorreram na minha comunidade
E aos tempos educativos de hospedagem
Que a turma Dandara viveu na universidade

À UnB e ao curso da LEdoC agradeço
Em especial a todos os educadores
Que sempre com tanto empenho e apreço
Pra nossa formação como professores

Também à banca quero dizer obrigada
Desde a da minha qualificação
Que com observações detalhadas
Colaboraram com este trabalho de conclusão

“Apesar dos nossos defeitos, precisamos enxergar que somos pérolas únicas no teatro da vida e entender que não existem pessoas de sucesso e pessoas fracassadas. O que existem são pessoas que lutam pelos seus sonhos ou desistem deles”.

Augusto Cury

Muitos saberes vem do viver
Quanta alegria nos traz o saber
Educar é saber amar
Uma sociedade poder transformar

Cada passo que andar
Essa história vai nos dar
Novo tempo pra colher
Aprender e ensinar

Muitos saberes vem do coração
Mas é preciso também dizer não
Quando o mal vem no impor
Nossos valores vamos nos propor [...]

Marcinha - Cantares da Educação do Campo

“A teatralidade é essencialmente humana. Todo mundo tem dentro de si o ator e o espectador. Representar num 'espaço estético', seja na rua ou no palco, dá maior capacidade de auto-observação. Por isso é político e terapêutico”.

Augusto Boal

“A arte capacita o homem para compreender a realidade e o ajuda não só a suportá-la como a transformá-la, aumentando-lhe a determinação de torná-la mais humana e mais hospitaleira para a humanidade. A arte, ela própria é uma realidade social”.

Maria Lúcia de A. Aranha e Maria Helena P. Martins

Lista de Abreviaturas

Agitprop – Agitação e propaganda
CEBEP – Conflitos Estruturais Brasileiros e Educação Popular
CONTAG – Convenção dos Trabalhadores na Agricultura
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CTO - Centro do Teatro do Oprimido
CUT – Central Única dos Trabalhadores
EIA/Rima – Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental
EPE – Empresa de Pesquisa Energética
FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FUP – Faculdade UnB Planaltina
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Iterra – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
LEdoC – Licenciatura em Educação do Campo
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA - Programa Aquisição de Alimentos
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF – Programa Nacional de Amparo à Agricultura Familiar
PT – Partido dos Trabalhadores
TO – Teatro do Oprimido
UHE – Usina Hidrelétrica de Energia
UnB – Universidade de Brasília

RESUMO

Este trabalho tem como principal objetivo demonstrar como o teatro contribui para a formação da consciência política. Com o intuito de compreender a função da linguagem teatral foi necessário realizar estudo de contextualização histórica do teatro político, comparando-o com a trajetória e a forma do teatro tradicional. A pesquisa analisa algumas concepções teóricas sobre o processo de consciência e emancipação humana e esquadrinha aspectos centrais do processo de formação do Brasil, com ênfase nos conflitos agrários, desde a colonização, mostrando como este processo interfere na consciência política da população do campo brasileiro. É ressaltada no trabalho a proposta educativa de formação humana da Educação do Campo. Por meio dos eixos estratégicos e as inserções orientadas nas escolas e nas comunidades, são apontadas novas possibilidades de conscientização e emancipação em prática na Licenciatura em Educação do Campo, sendo o trabalho teatral um dos aspectos formativos, aqui tomado como elemento central do debate.

Palavras – chave: Teatro, Consciência, Política, Educação do Campo, Alienação.

ABSTRACT

This work has as main objective to investigate how theater contributes to the formation of political consciousness . In order to understand the function of theatrical language was necessary to study historical contextualization of political theater , comparing it with the history and forms of traditional theater . The research analyzes the theoretical conceptions about the process of consciousness and human emancipation, and scan key aspects of the process of formation of Brazil , with emphasis on agrarian conflicts , since colonization , showing how this process affects the political consciousness of the population of the Brazilian countryside . It highlighted the work of human educational proposal of Field Education . Through the strategic axes and insertions oriented in schools and communities , are identified new possibilities of awareness and empowerment in practice Diploma in Rural Education , and the theatrical work of the formative aspects , taken here as a central element of the research.

Keywords : Theatre , Consciousness , Politics , Education Field , Disposal .

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo principal para investigar cómo el teatro contribuye a la formación de la conciencia política . Con el fin de entender la función del lenguaje teatral era necesario estudiar la contextualización histórica del teatro político , comparándolo con la historia y las formas de teatro tradicional . La investigación analiza las concepciones teóricas sobre el proceso de la conciencia y de la emancipación humana , y explorar los aspectos clave del proceso de formación de Brasil, con énfasis en los conflictos agrarios , desde la colonización , que muestra cómo este proceso afecta a la conciencia política de la población del campo brasileño . Se destacó el trabajo de la propuesta educativa humana de Educación de campo . A través de los ejes estratégicos y las inserciones orientadas en las escuelas y las comunidades, se identifican nuevas posibilidades de conocimiento y empoderamiento en la práctica Diplomado en Educación Rural , y la obra teatral de los aspectos formativos , tomado aquí como un elemento central de la investigación.

Palabras clave: Teatro, Conciencia, Política, Campo de la Educación, eliminación

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – HISTÓRIA DOS CONFLITOS AGRÁRIOS BRASILEIROS E BREVE ANÁLISE DA REALIDADE ATUAL	14
CAPÍTULO 2 - O PAPEL DA CULTURA NO MST: EM BUSCA DA PRÁXIS FORMATIVA.....	24
2.1 Os Princípios da Educação do Campo e suas potencialidades	28
2.2 A LEdoC e seu papel na formação política, a partir de experiências do trabalho com cultura e arte do MST.....	31
CAPÍTULO 3 – O COMPLEXO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO, CONSCIÊNCIA E EMANCIPAÇÃO HUMANA.....	36
3.1 A psicologia e algumas explicações sobre a consciência.....	38
3.2 Behaviorismo, Gestalt e a Psicologia do Desenvolvimento Humano	40
3.3 A psicanálise e a consciência.....	41
3.4 A teoria da Subjetividade Histórico-Cultural	44
3.5 O processo de formação de consciência e sua relação com o processo de formação do Brasil	46
CAPÍTULO 4 – TEATRO COMO MEIO DE ARTICULAÇÃO SOCIAL.....	48
4.1 O Teatro tradicional	51
4.2 Uma visão panorâmica da história do teatro político.....	54
4.3 O Teatro do Oprimido e algumas experiências.....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS.....	71

INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa pretende colaborar com a compreensão um pouco mais ampliada da relação entre o processo de consciência política e a arte teatral. A ideia de trabalhar com esse tema surgiu durante os anos de 2009 a 2013, como estudante do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC), inserida na escola e comunidade e envolvida em debates sobre questões políticas. Nesses momentos, percebendo que a falta de organização política tem prejudicado, de forma direta e indireta, a vida das pessoas e conhecendo uma nova proposta educativa de formação política, nos propusemos a realizar essa pesquisa na tentativa de contribuir com novos conhecimentos sobre a questão.

No primeiro capítulo foi feita uma breve análise da realidade atual, buscando compreender como a alienação se tornou tão presente em todos os setores da sociedade. Buscou-se fazer uma contextualização histórica do Brasil e dos conflitos agrários desde o período colonial, mostrando como essa realidade social tem como uma de suas consequências a falta de consciência política dos moradores do campo.

Na tentativa de mostrar as contradições existentes na reforma agrária que acontecem no Brasil, foi feita a comparação entre dois modelos de assentamentos: os organizados sob responsabilidade do INCRA, que acaba prejudicando o processo de formação política dos agricultores familiares e os que são organizados por movimentos sociais, como o MST, que buscam através de vários métodos, a conscientização política, na tentativa de romper com os paradigmas existentes.

No segundo capítulo buscou-se compreender como ocorre o processo de desenvolvimento da consciência e qual o significado da emancipação humana. Por se tratar de um processo complexo, várias teorias filosóficas e psicológicas tentam explicá-lo, nesse trabalho foram pesquisados alguns autores e suas teorias psicológicas como Behaviorismo, Gestalt, Psicanálise, Psicologia do Desenvolvimento Humano e a Teoria Histórico Cultural da Subjetividade. Foi abordado, em linhas gerais, como cada uma delas trata a conscientização e emancipação humana, ficando evidente que nenhuma teoria é completa e que somente através de estudos diversificados é que podemos nos aproximar da complexidade do psiquismo humano, uma vez que o enfoque de uma teoria

complementa ou mesmo contrapõe e questiona a outra.

No terceiro capítulo trabalhou-se a ideia do teatro como meio de articulação social, procurando conhecer a diferença entre o teatro tradicional e o teatro político, para isso foi feita a breve contextualização da história do teatro político em sua busca pela formação humana, e como exemplo de teatro de formação política, foi estudado o Teatro do Oprimido, de Augusto Boal, analisando algumas técnicas e resultados formativos.

Por se tratar de um trabalho teórico, será utilizada a metodologia de pesquisa bibliográfica e a análise de processos pedagógicos, vivenciados pelos estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo. Muitos autores foram estudados, e aqui, por uma questão de organização didática, vamos destacar apenas alguns. Para abordar sobre: o processo de formação do Brasil, Furtado (2003), Prado Junior (1957), e Moura (1988); sobre Consciência, Bock (1999), Teles (2010), Iasi (2007), Chauí (2000); Educação, Freire (1987), Gramsci (2000); Educação Do Campo, Caldart (2000/2002), Arroyo e Fernandes (1999), Freitas (2010); Reforma Agrária, Peripolli (2009), Carvalho (2005), Buainain (2008), Machado (2008); Teatro, Boal (1991), Iná Camargo (2012), Desgranges (2003), Garcia, (2004) Buenaventura (2003). Vale destacar também que foram utilizados artigos, monografias, dissertações e teses relacionadas ao tema.

Como a educação tradicional existente em nosso país não tem colaborado com a conscientização política de seus alunos, surge a necessidade óbvia da luta por uma educação diferenciada, resultando na Educação do Campo. Nesta pesquisa foram demonstrados seus princípios formativos e, como exemplo, foi estudado o curso de Licenciatura em Educação do Campo, sua potencialidade na formação política dos educandos, ao mesmo tempo, destacando também como o teatro está envolvido nesta proposta.

Acreditando que o teatro político, integrado à inserção orientada na escola e na comunidade, pode contribuir para a formação, consciência e mobilização social, nos disponibilizamos a fazer esta investigação, crendo, da mesma forma que Buenaventura (2003, p.9), que “o teatro é uma maneira de sair da servidão dos meios mecânicos e massivos de comunicação”. Por isso consideramos que os resultados desta pesquisa serão de grande importância para compreensão da realidade.

CAPÍTULO 1 – HISTÓRIA DOS CONFLITOS AGRÁRIOS BRASILEIROS E BREVE ANÁLISE DA REALIDADE ATUAL

O século XVIII foi marcado por profundas modificações políticas, culturais e econômicas, que afetaram radicalmente a sociedade ocidental. Com a revolução industrial e a passagem do sistema feudal para o capitalismo, pequenas cidades se tornaram grandes produtoras e exportadoras, artesões perderam sua importância e tiveram que se adaptar às novas formas de produção. Surgiram os proletariados urbanos, ocorrendo a grande imigração do camponês para a cidade, que passou a servir de mão de obra barata, onde as jornadas de trabalho eram abusivas, de até dezessete horas diárias, e a força de trabalho feminina e infantil, era explorada desumanamente (GONÇALVES, 2007).

A superexploração do trabalho provocou graves problemas sociais, entre eles epidemias, prostituição e criminalidade. Diante dessa terrível realidade surgiram sentimentos de revoltas que resultaram em crimes como sabotagens e destruição de máquinas e oficinas na tentativa de resolução do problema. Com todas estas dificuldades houve a criação de associações e sindicatos buscando o diálogo entre os trabalhadores e os proprietários dos meios de produção.

Há uma estreita relação entre indústria e agricultura, pois a industrialização e a urbanização acabaram modificando o mundo agrário de forma bem significativa, e a vida no campo foi se tornando cada dia mais difícil.

As mais diferentes sociedades, em todas as épocas históricas e formas de organização humana, sempre dedicaram especial atenção ao uso e ocupação da terra, pois dela tiravam seu sustento. Com o advento do capitalismo, o que era de todos e de uso coletivo - a terra e seus frutos - passou a ter dono. Surgem as primeiras cercas. A terra torna-se um direito excludente, acumulativo, individual, sagrado (PERIPOLLI, 2009, p. 9).

O capitalismo, sistema econômico e político em que vivemos, exerce um grande domínio sobre a sociedade e para mantê-lo utiliza a educação, sociologia, psicologia, teologia, política, economia, enfim, todas as dimensões da sociedade estão, de alguma forma, envolvidas, tanto os moradores dos grandes centros urbanos, quanto os do campo. Há várias situações que interferem na consciência das pessoas, em seus modos de vida, e nas formas de organização social. Um exemplo concreto que podemos citar dessa interferência é o aumento incontrolável

do consumismo, pois nesse sistema econômico é possível vender a ideia de necessidade, já que são oferecidos infinitos serviços e produtos para que sejam “escolhidos”.

Conseguiu-se implantar a ilusão de que todos têm os mesmos direitos e qualquer um pode abrir o negócio que “quiser”, desde que tenha capital para isso, ou a capacidade para adquiri-lo. Para que o sistema continue funcionando, há a necessidade de mão de obra excedente, uma grande massa de trabalhadores que possa ser manipulada.

Peripolli (2009) destaca, ainda, que se trata de um projeto de sociedade excludente e classista criado pelo capital não para servir aos trabalhadores, mas pensado/montado de tal forma a atender os interesses do capital, com o objetivo de formar “cidadãos-trabalhadores”. Sobrando uma enormidade de produtos criados pela força dos trabalhadores, que acabam se transformando em imensas quantidades de lixo que cada dia mais contaminam de forma preocupante o meio ambiente.

Diante da realidade enfrentada pelo mundo moderno, a alienação tem se tornado a marca registrada da sociedade, pois o que se percebe são as agressões e destruição do meio ambiente, de forma “irracional”, fazendo aumentar a cada dia os conflitos estruturais desse mundo tecnológico, em que a ciência tem avançado em busca de novas descobertas, porém o meio ambiente “pede socorro” e tem sido aniquilado em nome do “progresso”.

O sistema capitalista, por meio de seres humanos que tem se beneficiado dele e lutam por sua permanência, estabelece uma relação de “naturalidade”, como se tudo já fosse predeterminado, tem-se uma impressão de que as coisas sempre foram assim, e a lógica externa é interiorizada pelas pessoas como se fosse tudo normal. A pessoa passa a compreender o mundo a partir de seu próprio vínculo particular e acaba o generalizando, intensificando-se a cada dia o processo de alienação. Max observou criticamente essa questão, conforme aponta Marilena Chauí:

Marx não se interessou apenas pela alienação religiosa, mas investigou, sobretudo a alienação social. Interessou-se em compreender as causas pelas quais os homens ignoram que são os criadores da sociedade, da política, da cultura e agentes da História. Interessou-se em compreender por que os humanos acreditam que a sociedade não foi instituída por eles, mas por vontade e obra dos deuses, da Natureza, da Razão, em vez de

perceberem que são eles próprios que, em condições históricas determinadas, criam as instituições sociais – família, relações de produção e de trabalho, relações de troca, linguagem oral, linguagem escrita, escola, religião, artes, ciências, filosofia – e as instituições políticas – leis, direitos, deveres, tribunais, Estado, exército, impostos, prisões. A ação sociopolítica e histórica chama-se **práxis** e o desconhecimento de suas origens e de suas causas, **alienação** (CHAUÍ, 2000, p. 216).

No início da civilização, o trabalho era um ato voluntário derivado das necessidades, mas no decorrer do tempo e com a implantação de outros modos de produção, como o escravista, o feudal, e o capitalista, esse trabalho passa a “obrigar” a pessoas a venderem sua força de trabalho. Com isso elas acabam se tornando “escravas” do sistema hegemônico.

No sistema capitalista o que importa ao empregador não é a disposição ou satisfação do empregado e sim a mais valia resultante da exploração do trabalho dele, o que garantirá ao patrão riqueza e autonomia.

Conforme Cotrim (1999) o trabalho alienado se intensificou no séc. XIX nas grandes cidades capitalistas e modernas, afetando milhares de trabalhadores. O trabalho passou a ser cada vez mais rotineiro, automatizado e especializado nas grandes indústrias, visando economia de tempo e aumento na produtividade. Era a chamada organização científica do trabalho, desenvolvida pelo engenheiro capitalista norte americano Frederick Taylor (1856 – 1915), que ficou conhecida como taylorismo. O trabalhador alienado é explorado de tal forma pelo sistema capitalista, que não se reconhece no fruto de seu trabalho.

O sistema capitalista em que vivemos proporciona, por meio da indústria cultural, uma ideia de que temos uma vida melhor com mais conforto e qualidade, porém, se analisarmos criticamente, perceberemos que em muitos aspectos se parece com um tipo de “escravismo” em que as pessoas não têm tempo para viver, pois precisam trabalhar para sobreviver.

Outra forma de alienação que o sistema hegemônico se apropriou é o fetiche da mercadoria, a troca de imagens, uma ideia capitalista que separa as pessoas que tem acesso aos bens de consumo das que não tem. O dinheiro ganhou uma personalidade e confere o poder. O que estamos discutindo é a prestação de vassalagem que temos vivenciado em nossas vidas, somos desmoralizados e reduzidos ao ridículo, se não entrarmos no processo imposto pelo capitalismo.

Há um falso discurso na grande imprensa que cada um tem que fazer a sua parte para beneficiar o meio ambiente, que a responsabilidade é individual, mas se

trata de uma estratégia para disfarçar os resultados maléficos do agronegócio. Há inúmeras dificuldades para propor um novo modelo de desenvolvimento sustentável, pois competir com a Revolução Verde, imposta pelo cientificismo moderno, não é simples. Usam-se as ideologias alienadoras da hegemonia para mostrar como é mais fácil e prático continuar usando adubos químicos e agrotóxicos e que a produção monocultora em grande escala para exportação é que traz o progresso. A mídia afirma que apenas por meio desse modelo conseguiremos desenvolver uma economia forte.

Vemos grandes latifúndios e as monoculturas “reinando soberanas” em nosso país, que se gaba de ser o maior exportador de grãos e carne, enquanto a agricultura familiar tem passado por muitas dificuldades.

Vale salientar alguns dados extraídos do interessante filme *Home, O mundo é a nossa casa*,¹ que fala sobre as transformações espantosas ocorridas nos últimos sessenta anos, que mesmo a população triplicado e as máquinas estarem substituindo os homens, a maior parte da produção de grãos, ao invés de ser voltada para a produção de alimentos (mais saudáveis), é voltada para fabricação de ração e biodiesel.

Percebemos que os meios naturais estão sendo utilizados de forma desastrosa, o solo e a água estão sendo contaminadas pelos agrotóxicos, as sementes crioulas estão desaparecendo e os recursos ambientais estão se esgotando, pois o ciclo natural da vida está sendo destruído.

No modelo de sociedade capitalista são oferecidas infinitas melhorias e vantagens, “vende-se” a ilusão de que um dia as coisas vão melhorar, mas infelizmente o tempo vai passando e as riquezas continuam concentradas nas mãos de poucos e os trabalhadores continuam a sobreviver com o pouco que resta de todo o seu trabalho, como acontece no Brasil, que ainda hoje sofre os resultados da colonização exploratória portuguesa.

O atraso é uma consequência do capitalismo utilizado na colonização brasileira, e como consequência dele tem-se a desigualdade social, “o crime de lesa-humanidade do capitalismo não é ter criado uma sociedade materialista em que se desejam bens de consumo, mas tê-la organizado de modo a impedir que a maioria

¹ Filme assistido pela turma Dandara do curso de Licenciatura em Educação do Campo em 2010, em uma das aulas de Agroecologia. Do diretor Yann Arthus-Bertrand, 2009.

tenha acesso aos bens que produz”. (COSTA, 2012, p 07). Nesse modelo econômico há uma grande contradição. Como o consumismo tem sido uma marca dessa sociedade, há uma vontade cada vez maior das pessoas em adquirir bens de consumo, por mais que muitas vezes não seja possível nem mesmo suprir as necessidades básicas, isso mostra o alto nível de alienação social.

A realidade social, econômica, cultural e ambiental enfrentada hoje tem uma explicação, e para falarmos dos conflitos existentes em nossas comunidades rurais precisamos compreender o contexto histórico do Brasil, pois o presente agrário é o resultado de um processo de exploração pelo qual o país passou desde o “descobrimento” em 1500. A economia brasileira nasceu capitalista e para piorar, utilizando ainda o sistema escravista.

Nosso país se formou sem preocupação de ordem social ou pública, pois o interesse central era a exploração de um produto agrícola que o colocava em relação com o mundo e que enriquecia o dono do negócio. Esse modelo social vai marcar nossa cultura e sociedade, principalmente pelo fato de ter vigorado por tanto tempo. [...] o Brasil configurou-se, assim, com a presença de uma elite forte, que esteve à frente de eventos sociais como a proclamação da independência e da república, e que sempre trabalhou no sentido de manter os latifúndios e seus privilégios de classe [...] os anos 60 e 70 do século passado, momentos de atuação de um governo militar autoritário, o que ainda vai estar em evidência são os interesses dessa mesma elite detentora do capital para manter o todo social funcionando em seu benefício. (TELES e REIS JR, 2013, p. 294)

O livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior (1957) nos traz um panorama geral do Brasil desde o “descobrimento” e destaca vários pontos fundamentais para compreendermos o cenário nacional do país hoje em dia, afirmando que a situação econômica e social do nosso país, sem dúvida, é determinada pela forma de colonização. Caio Prado explica que o Brasil era considerado apenas como uma empresa comercial a ser explorada, por meio de seus recursos naturais para beneficiar o comércio europeu.

Para Prado Júnior (1957), mesmo tendo passado mais de cem anos desde a independência, o Brasil continuava com marcas e características de Colônia. Ele explica por meio do conceito de “sentido histórico” que, por mais que tenham ocorridas várias mudanças, elas eram superficiais, pois nunca houve intenção real de Portugal em construir e organizar uma sociedade forte na colônia.

Havia a tentativa de imposição de ideias liberais num país que não tinha nada de liberal, e é neste sentido que se pode dizer que existia uma ideologia de segundo

grau, que buscava disfarçar os problemas do Brasil, utilizando os termos dos ideais iluministas, da sociedade moderna, porém nossa realidade era atrasada, servindo para a exploração.

Havia um desajuste funcional de nossa condição periférica de inserção no sistema mundial e ao mesmo tempo “vendiam” a ideia de independência, de beleza e conquistas políticas, na tentativa constante de se adotar um discurso de justiça, igualdade e fraternidade, tentando apaziguar as contradições da realidade existente. (SCHWARZ, 2000).

No século XVIII a economia brasileira era formada basicamente pelo latifúndio, pela monocultura e pelo trabalho escravo. A preocupação principal era o mercado exterior, sendo que as marcas econômicas resultantes dessa realidade não podem passar despercebidas no sistema social brasileiro (MOURA, 1988). Quando analisamos criticamente a ideologia que prevalece sobre a sociedade brasileira, percebemos que o princípio hegemônico não mudou muito.

O economista que também faz uma análise do país é Celso Furtado, e podemos concluir com o estudo do texto *Formação Econômica do Brasil* (2003) que o Brasil passou por diversos momentos econômicos que foram moldando sua história. Ainda percebemos as marcas em nossa sociedade contemporânea, de cada um dos ciclos econômicos: açucareiro, minerador e cafeeiro. Alguns problemas existentes na época do período colonial ainda persistem, mas agora com um “disfarce” diferente, pois há muitas leis que garantem os direitos dos trabalhadores.

Existem evidências mostrando que o conflito agrário brasileiro tem “forte ligação com as raízes históricas da formação do Brasil” e especialmente com o sistema escravista e suas consequências. (BUAINAIN, 2008, p 9). Não houve interesse político, após a “abolição” da escravatura, na integração da mão de obra dos escravos ao mercado de trabalho.

A partir de 1850, com as possibilidades reais da abolição os grandes proprietários rurais, que formavam a elite econômica agrária brasileira, precisavam inibir a apropriação das terras por meio da posse, pois temiam que quando os escravos fossem libertados não haveria mão de obra para realização do trabalho braçal.

No ano de 1850 foi aprovada a Lei de Terras (Lei nº 601/1850) que garantia a posse da terra apenas àqueles que tivessem o documento da terra. Essa Lei consolidou o latifúndio brasileiro. A partir desta data, as terras poderia ser ocupadas

somente por meio da compra nos leilões mediante pagamento ou por autorização do rei. Todos aqueles que já eram “donos” e já usufruíam da terra, receberam o título de proprietários e as terras ainda não ocupadas passavam a ser propriedade do Estado, o que impossibilitou aos negros e aos imigrantes terem acesso a um pedaço de terra onde pudessem plantar seus alimentos e se manterem. “A Lei de Terras contribuiu para preservar o domínio patrimonial dos velhos fazendeiros, impedindo que a propriedade de terras se desconcentrasse, precisamente no momento da transição do trabalho escravo para o trabalho livre” (COTRIM, 2005, p. 391).

Os negros, depois de três séculos e meio de trabalho fatigante e humilhante, são “libertos” para irem a “lugar nenhum”, sem direito a nada, terra, casa, comida, trabalho, ou a mínima garantia de sobrevivência, sobrando a eles a marginalização, sendo constantemente oprimidos e discriminados.

Segundo Clóvis Moura (1988), a desarticulação da consciência negra não aconteceu por acaso, foi intencional. Os negros eram proibidos de frequentar escolas públicas ou instituições de cunho culturais e religiosas e eram comparados aos portadores de doenças contagiosas. Esse processo se repercute hoje, pois quase não se vê doutores, administradores, latifundiários ou empresários de sucesso negros, em contrapartida nos “piores” trabalhos, se encontra a grande maioria de não brancos, e isso não é coincidência, é uma consequência.

Sem contar, é claro, que vivemos em um país em que a discriminação ainda é uma realidade. Estamos falando de um processo histórico de herança, se compararmos o que os descendentes europeus e negros herdaram, perceberemos de qual sociedade estamos falando e em que mundo estamos vivendo:

A “estratégia usada para garantir o imobilismo social do negro se iniciou com a escravidão e continuou após a abolição”, [...] o trabalho qualificado, intelectual, nobre era exercido pela minoria branca e o não qualificado, braçal, sujo e mal remunerado era praticado pelos negros, refletindo uma seleção econômica. (MOURA, 1988, p. 75 - 77)

Hoje em dia joga-se a culpa da inferiorização social, econômica e cultural nos próprios negros, alegando-se que os direitos e deveres são idênticos e as oportunidades também são portanto, se não são aproveitadas é por falta de capacidade. As grandes discussões sobre as cotas são exemplos claros deste problema estrutural vigente em nossa sociedade.

Em 15 de novembro de 1889 houve o golpe de Estado que, por meio de uma rebelião militar, comandada pelo marechal Deodoro da Fonseca, derrubou a monarquia e instituiu a República. O período histórico brasileiro que vai de 1889 a 1930, conhecido como a República Velha, é marcado pelo domínio político das elites agrárias mineiras, paulistas e cariocas. O Brasil firmou-se como um país exportador de café e, na área social, várias revoltas e problemas sociais aconteceram nos quatro cantos do território brasileiro (CARVALHO, 2005).

Com o aumento da industrialização ocorreu o êxodo rural, muitos camponeses foram “expulsos” do campo ou “convencidos” por promessas e acabaram indo para a cidade servir de mão de obra abundante e barata. As pessoas passaram a ser consideradas “máquinas” para produzir cada vez mais e melhor. A partir daí se iniciou um novo ciclo de desequilíbrio econômico, social ambiental. Os que resistiram e permaneceram no campo foram intencionalmente “esquecidos”, passando por vários tipos de dificuldades.

Diante de toda a realidade produzida por um processo histórico tão conturbado, a vida no campo estava se tornando cada vez mais complicada. Em 1922 surgiu o PCB (Partido Comunista Brasileiro) que travou uma luta política pela terra, com apoio de seu líder o advogado Julião, que era considerado companheiro do povo do campo. Como era um movimento bem organizado, em cinco anos conseguiu se expandir nacionalmente e a Igreja Católica, com medo de perder os fiéis, cria também o Sindicato dos padres.

Até a década de 1940 havia apenas alguns movimentos lutando pela permanência dos camponeses nas áreas rurais e, segundo Carvalho (2005), esses movimentos eram organizados geralmente em torno de um líder carismático.

A partir de 1940 até 1964 começaram a surgir as Ligas Camponesas e algumas associações, que a princípio reivindicavam apenas coisas simples como caixões, para enterrar os seus mortos e que, pela lógica, já deveriam estar sendo fornecidos pelos usineiros e donos dos meios de produção, para quem os camponeses prestavam seus serviços.

Pouco a pouco os camponeses foram se organizando e começaram a fazer reivindicações mais consistentes, visando melhorias de vida. Os sujeitos coletivos passaram a se organizar na luta contra o sistema e por direitos que até então estavam sendo negligenciados, como acesso a terra, moradia e qualidade de vida. Esse povo foi formando sua identidade, que envolve a maneira de produzir a vida,

os modos de lidar com a terra e suas especificidades culturais. Mas essa identidade não está dada, também existe uma luta histórica que a compõe. (CARVALHO, 2005).

Até final da década de 1950 não havia nenhum direito ao camponês, a partir de 1963 surge o Estatuto do Trabalhador Rural no Governo de João Goulart e nesse mesmo ano, se começa a falar de forma mais consistente em reforma agrária. Nesse período nasce a CONTAG (Convenção dos Trabalhadores na Agricultura) e acontece também um congresso dos sindicatos, associações e Ligas Camponesas na tentativa de organização social.

A luta pela reforma agrária no Brasil vem de longa data e tem pontos de confronto e avanços e momentos de tristes recuos. [...] sempre houve no Brasil um política de impedimento aos pobres, camponeses indígenas de viverem em paz na terra. Uma permanente e nem sempre surda luta entre o latifúndio e os camponeses cada vez mais despossuídos [...] (MARÉS, 2003, p. 103 – 104, apud PERIPOLLI, 2009, p. 9).

Em meio a toda essa expectativa de transformação social, em 1964 acontece um Golpe Militar que, com muita violência, assassinatos e torturas impede que aconteça a tão almejada reforma agrária, desarticulando os partidos comunistas e os movimentos organizativos. Carvalho (2005) nos fala que a estratégia disfarçada de desmantelar o caráter político dos movimentos, utilizada pelo Governo militar, é a criação do Estatuto da Terra e a implantação da Revolução Verde, como promessa de “modernização” do campo e facilidade para os latifundiários produzirem em grande escala.

Promovem um novo projeto de colonização com o slogan: “homens sem terras, para terras sem homens” e, por se tratar de uma iniciativa pública militar, não haviam resistências pelo caráter opressivo social do momento e as empresas privadas, principalmente as multinacionais, que visavam somente o lucro, se aproveitaram disso com o intuito de abafar as Ligas Camponesas e mudar a lógica de produção, o que resultou na desarticulação do povo do campo.

De acordo com Carvalho (2005) a partir desse momento os sindicatos passaram a ser assistencialistas com um dentista e um médico, dando a impressão ao povo de que estavam sendo atendido, mas no fundo o objetivo dessa falsa assistência era desarticular a união das organizações sociais. Os conflitos eram muitos e as pessoas que buscavam se organizar naquele período para tentar

amenizá-los, sofreram massacres terríveis.

Em 1975, surgiu a CPT (Comissão Pastoral da Terra) fazendo denúncias da violação dos direitos humanos e lutando pela direito posse da terra, como um direito de trabalho. Em 1978, a Lei da Anistia permite a volta dos exilados ao Brasil, e na década de 1980 o PT (Partido dos Trabalhadores) começa a ter como meta política a reforma agrária. Neste período também acontece a redemocratização, e as organizações como CUT (Central Única dos Trabalhadores), CPT e CONTAG passam a exigir eleições. (CARVALHO, 2005)

Em 1984 é criado o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) que é um movimento muito importante no Brasil, pois a partir dele vai ser construído outro sujeito do campo: o “Trabalhador Rural Sem Terra”. Segundo Peripolli (2009), a partir daí recomeçam novamente as organizações das lutas pela ocupação de terra em prol da qualidade de vida para os camponeses. Em 1988 é lançado a Lei de Reforma Agrária, mas infelizmente foram cumpridas apenas 10% das reivindicações:

Apesar das profundas transformações sociais e econômicas do país, a raiz da questão e dos conflitos agrários no Brasil contemporâneo continua sendo a vigência de um padrão de propriedade de terras arcaico, que mantém e sustenta um sistema de distribuição e utilização de terras iníquas e ineficientes do ponto de vista sociais e econômicas. (BUAINAIN, 2008 p. 18)

Segundo Peripolli (2009), em 1990 tem-se o início de uma nova visão de Agricultor Familiar, e uma despolitização da reforma agrária e percebe-se que ela pode ser considerada como um fator de combate à pobreza rural. Em 1992 o Banco Mundial publica um estudo alertando que 50% dos pobres do mundo vivem no campo, e são pobres porque não tem terra, e precisam necessariamente ter acesso a ela. Em 1993 a FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) publica que 70% dos produtos consumidos no Brasil, são produzidos pela agricultura familiar. E em 1995 acontece a primeira política pública, o Programa Nacional de Amparo à Agricultura Familiar (PRONAF), destinado a esses sujeitos sociais, resultado de muita luta e reivindicações dos movimentos sociais do campo.

CAPÍTULO 2 - O PAPEL DA CULTURA NO MST: EM BUSCA DE UMA PRÁXIS FORMATIVA

Conforme Machado (2008), os Movimentos Sociais e a Luta Social tem tido como meta colaborar no processo de formação de conscientização humana. Nesses espaços, é discutida a formação dos sujeitos e da sua consciência, a partir dos elementos concretos da realidade, visando avanço da organização, problematizando e considerando o trabalho, a História e os valores, numa perspectiva da construção coletiva de novos seres humanos e de um projeto de sociedade socialista.

Os assentamentos de reforma agrária, organizados sob a responsabilidade do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), atendem aos Projetos de Assentamento dentro da perspectiva do Programa do Banco Mundial, a chamada “reforma agrária de mercado”, modelo em que prevalece o individualismo como valor e prática social. Essa individualidade é consequência de um modelo de produção incentivado pelo governo, por meio da individualização dos créditos de produção agrícola, da forma de organização e distribuição dos lotes dentro dos assentamentos, da falta de infraestrutura básica como energia, saúde, estradas, escola, etc., da ausência de políticas públicas eficientes para a geração de renda, e da morosidade no acesso a financiamentos e Programas como PNAE, PAA, etc.

“A política agrária denominada “Novo Mundo Rural”, proposta pelo governo FHC, caracterizada como reforma agrária de mercado, tem merecido as mais duras críticas por parte dos movimentos e organizações sociais ligados ao campo” (PERIPOLLI, 2009 p. 55). Na década de 1990, em várias regiões do estado do Mato Grosso, alguns movimentos sociais, como o MST e CPT, estavam engajados na luta por uma Reforma Agrária real, com garantia de sobrevivência digna aos povos do campo, e para isso se organizavam coletivamente. Enquanto isso, a realidade enfrentada nos assentamentos organizados pelo INCRA já apontava seus primeiros conflitos estruturais, como a desarticulação das pessoas e o trabalho individual, que é uma característica local ainda hoje.

No Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mesmo que também apresente problemas estruturais resultantes do processo histórico brasileiro, pode ser observada uma grande preocupação com a formação da consciência política das pessoas envolvidas com o Movimento, e para isso é muito utilizada a cultura, pois através das manifestações culturais se forma uma Consciência Social.

O debate sobre a cultura no MST está vinculado a uma estratégia política e parte da necessidade da luta política e do processo territorial, envolvendo a teoria e a prática do processo artístico e cultural.

Há uma definição bem interessante de cultura que os Trabalhadores Rurais Sem Terra conseguiram sistematizar no Seminário realizado em Cajamar/SP de 1º a 3 de junho de 1998 como sendo: um jeito de ser, de viver, de realizar seus afazeres, de organizar os acampamentos, a ocupação, a maneira de trabalharem nos assentamentos, as festas, as músicas, a linguagem, o lazer, a religião, as marchas, as produções artísticas (como canções, os poemas, os cartazes) e os materiais de comunicação (como jornais, revistas, cadernos de formação e educação, informativos, livros, espaço na Internet) se preocupando sempre com a preservação dos valores que podem ser representados através de símbolos, como bandeiras, hinos, palavras de ordem, místicas, etc.

O entendimento de cultura do Movimento não se restringe ao âmbito das manifestações artísticas. Segundo MST (2000, p. 6), “temos a capacidade de criar músicas, mas também criamos as lutas, as escolas, os barracos, as casas, o método de fazer reunião, as marchas” significando que “tudo isso vai se transformando em cultura”. Esta nova cultura que é gestada no interior do Movimento representa aquilo que se denomina como a Mística do Sem Terra, consolidada na preocupação em se conhecer os modos de vida da base, formação ética e resgate da memória de lutas anteriores, juntamente com a legitimação de símbolos da luta. (BATISTA, 2011 p. 67).

O MST se organiza através de setores e coletivos que trabalham na articulação entre as ações e as estratégias políticas, definidas coletivamente. O método de organização é baseado no centralismo democrático e há coordenações em cada setor, para que as tarefas possam ser distribuídas e realizadas. Sempre a cultura foi uma preocupação do Movimento, e era considerada uma das frentes de trabalho do setor de Educação, que buscava através de místicas, canções, poesias e peças teatrais, manter a produção cultural.

Na busca de maior organicidade nesta área formativa, em 2001 foi oficializado o Coletivo de Cultura, que intensificou a discussão dialética sobre a formação da consciência, envolvendo a cultura, estética e a arte, dialogando com os problemas reais do cotidiano, trabalhando dentro de três eixos programáticos: formação de multiplicadores, produção de uma cultura anticapitalista e o fortalecimento da interação entre campo e cidade (BATISTA, 2011).

Uma das formas de cultura praticada pelo MST que tem gerado grandes resultados é a arte teatral, principalmente o Teatro Político. Tem havido uma constante busca de parcerias com artistas e intelectuais críticos, que estejam interessados na formação política das pessoas, e as técnicas do Teatro do Oprimido (TO), de Augusto Boal, tem contribuído muito para o processo de acúmulo cultural consciente e emancipatório.

Para Teles (2010) a cultura seria:

dentro de um entendimento estrutural, tanto os fenômenos simbólicos de um povo ou agrupamento humano como os contextos nos quais eles estão inseridos. Uma análise cultural seria o estudo dessas formas simbólicas e sua relação com o contexto no qual se manifestam, se desenvolvem e se significam. Os fenômenos culturais são formas simbólicas expressas em contextos estruturados [...] (TELES, 2010 p. 11)

A cultura, formada pelas muitas experiências acumuladas ao longo da história humana, vai se transformando a cada geração, e a perda da terra, que é um processo hegemônico que visa “arrancar” a cultura das pessoas, é uma realidade para praticamente todos os assentamentos, inclusive os que tiveram suas raízes históricas marcadas pelos movimentos sociais, como o MST.

A maioria dos brasileiros, ou nasceram e moraram no campo quando pequenos, ou seus pais e avós moraram, e devido a vários motivos diferentes, estas famílias acabaram sendo desterritorializadas, o que ocasionou mudanças em seus modos de vida e a perda da sua cultura e identidade.

Essa mesma realidade está novamente se repetindo com a geração de jovens camponeses que não visualiza um futuro atrativo no campo, como pode ser analisado nos assentamentos em todo o Brasil.

Muitos camponeses estão vivendo sozinhos sem apoio, pois os filhos estão partindo para a cidade em busca de emprego e vão viver suas vidas como podem, e não voltam mais para o campo, enquanto os pais, muitas vezes acabam desanimando diante de tanta dificuldade. Alguns não resistem e arrendam suas terras para fazendeiros, que pouco a pouco estão tomando conta dos Assentamentos.

São muitos elos perdidos, ensinamentos que não são mais valorizados, crianças, jovens e adultos, estão sendo influenciadas pelo capitalismo que impõe as necessidades, e para isso, tem a indústria cultural como a principal aliada e nesta

questão os sítios não estão tão diferente das cidades. A arte e a cultura estão se “perdendo” e as relações são mediadas pelo consumismo e pelo capital, e não há mais tempo, nem para diálogo e reunião de famílias e o que se percebe é a alienação.

Aquela cultura que antigamente era valorizada (como contos, cantigas, brincadeiras a luz da lua, visitas nos vizinhos) está desaparecendo, a relação de respeito com o meio ambiente tem se perdido, a ligação do camponês com a terra está se perdendo. Assim como os moradores da cidade, os camponeses estão sofrendo um processo de alienação tão intenso, que não veem mais possibilidade de permanência no campo, são dia a dia “incentivados” a abandonarem o campo, em busca de um modelo ideal de vida inexistente na cidade.

É um fato que a cultura camponesa está desaparecendo, a arte de narrar, de trocar experiências, que já foi tão valorizada, está se extinguindo, “uma das causas desse fenômeno é óbvia: as ações da experiência estão em baixa, e tudo indica que continuarão caindo até que seu valor desapareça de todo” (BENJAMIN, 1994 p. 198) o “tesouro” do conhecimento que era repassado de geração a geração está perdendo sua importância, parece que não há mais o que se transmitir.

No sistema capitalista, em que tempo é dinheiro, as informações tem que circular muito rapidamente, não há preocupação com a formação o que se tem é apenas a “IN – formação”. “A cada manhã recebemos notícias de todo o mundo. E, no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes” (Op.Cit. p. 203). Muitos camponeses que desejam manter suas tradições, herdadas de pais e avôs, referentes a cultivo de alimentos, caçadas, pescarias, rodas de conversas, passeios com cantigas e contos, não encontram praticamente ninguém interessado em conhecê-las, ou pelo menos ouvi-las.

Muitas pessoas falam com saudade da época em que moravam no campo com seus familiares, e que por algum motivo tiveram que abandonar a vida do sítio, e agora tentam resgatar suas culturas e raízes, o que não é uma tarefa fácil, pois, como já dizia Walter Benjamin (1994) estamos vivendo em uma sociedade da cultura do vidro, com seus “edifícios de vidro”, “escolas de vidro”, “coisas de vidros”, um material frio, duro, no qual nada se fixa, as experiências do passado estão se perdendo neste ambiente de vidro que vai moldando os homens, que não conseguem mais deixar suas marcas e seus rastros.

É preciso que os movimentos sociais, e a instituição educacional se

organizem para juntas “resgatar” a cultura popular, que está relacionada de forma íntima com a consciência política, e tem como consequência a ação política do povo. É ela, que envolvida numa práxis, vai determinar juntamente com a totalidade das condições materiais objetivas, o movimento de ascensão das massas em direção à conquista do poder, somente assim haverá melhorias de forma significativa na vida do povo.

2.1 Os Princípios da Educação do Campo e suas potencialidades

A sociedade humana passou por diversas modificações, sendo que a política sempre esteve envolvida na vida de todos os cidadãos e é inegável o papel que ela desempenha em todos os setores sociais, inclusive no educacional. Quando apenas a elite, que dispunha de tempo para pensar, tinha acesso à escola, se evidencia uma política que incentivava a dominação dos burgueses contra os trabalhadores.

Depois, a escola foi “aberta” ao público pobre, mas com uma política voltada para formação de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho. Para Meszáros, (2005) a educação institucionalizada serve para gerar e transmitir valores que legitima os interesses da classe dominante, através da subordinação e dominação hierárquica e impositiva.

No caso específico do Brasil, é importante fazermos um resgate histórico de nossa situação cultural e social para podermos compreender melhor ainda as relações entre sociedade e educação. [...] uma sociedade patriarcal, latifundiária e escravocrata como um modelo cultural antidemocrático, comandada por uma elite privilegiada, com distância social entre toda e qualquer esfera, conformando uma relação antagônica entre homens e mulheres, adultos e crianças, ricos e pobres, brancos, negros e índios, conduzindo-nos para um modelo educacional onde aos abastados se fornece a intelectualidade e aos desfavorecidos o trabalho manual e mecânico. Por toda a nossa história esse será o sistema ideológico que vai circundar a educação, deixando-a entre esses dois mundos, (TELES e REIS JR, 2010, p 293 e 294)

O processo de consciência e emancipação humana está intrinsecamente ligado com o processo educativo. A escola, no modelo educacional existente na maioria dos países, estabelece um modelo pronto e as pessoas envolvidas no processo educativo (estudantes, professores, gestores e demais funcionários da escola) internalizam as regras de tal forma que não conseguem criticar a estrutura escolar, tudo parece natural e acabam se submetendo às normas, que tem como um

dos principais objetivos transformar as pessoas em cidadãos disciplinados.

Dentro deste contexto a Educação do Campo tem sido motivo de muitas lutas, debates e discussões entre várias instituições de ensino, órgãos governamentais e movimentos sociais através de pessoas dedicadas e compromissadas com uma nova proposta de sociedade, mais justa. (CALDART, 2000). Este modelo de educação visa uma nova perspectiva de vida, promovendo a formação humana e a construção de uma consciência política.

Quando Silva (2006) fala de uma educação que seja no campo é porque o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive. E do campo, pois as pessoas têm direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais, que faça sentido realmente, trazendo o conhecimento à realidade vivida. Uma política de educação preocupada com o jeito de educar construindo qualidade e formando sujeitos de direitos.

Carvalho (2005) afirma que para se debater as necessidades do campo, é preciso analisar algumas questões fundamentais: a formação humana, pois não se pode educar alienadamente, devemos entender o trabalho como formador do ser social; deve-se evitar a visão simplista da escola, onde só a educação formal tem valor, é preciso desconstruir esta ideia e valorizar as muitas habilidades existentes em todos os momentos de vida; a necessidade de um projeto de desenvolvimento do campo, que seja emancipador em todos os setores sociais e a elaboração de um processo educativo inteligente que perceba e dê valor à multiplicidade de espaços educativos.

Uma das preocupações dos movimentos sociais na luta por uma verdadeira Educação do Campo está firmada na compreensão de que escola precisa dominar a realidade e os métodos, para propor mudanças significativas para a comunidade em que está inserida, integrando o meio ambiente, a cultura e a tecnologia em benefício da população (ARROYO e FERNANDES, 1999).

É preciso lembrar que não é apenas a escola que forma, mas todos os espaços são formativos e devem ser respeitados como tais, valorizando os sujeitos e cuidando para não fragmentar as informações e assim estabelecer um processo de formação contínua.

Conforme Freitas (2010) em seu texto “A escola única do Trabalho”, é necessário que através de muita reflexão, adote-se um método que tenha ligação

entre trabalho, estudo e auto-organização, num processo de construção coletiva. Uma metodologia que envolva as experiências vividas e adquiridas pelo trabalho produtivo de todos os membros da comunidade. Uma educação que tenha como finalidade e intencionalidade construir uma matriz curricular que venha de encontro com os desejos de uma proposta diferenciada.

A matriz formativa proposta por Freitas traz elementos que proporcionam o aprendizado, através do acúmulo que o estudante vai adquirindo no seu dia a dia e inclui a participação, diálogo, criatividade, a presença do corpo, habilidade de aprender, trabalhar coletivamente, a auto-organização e conteúdos.

Nas Orientações Curriculares para a Educação do Campo no estado de Mato Grosso, o Doutor professor João Batista Pereira de Queiroz (2007) fala sobre a importância dos eixos norteadores para a educação do campo, é através deles que podem ser desenvolvidos os aprendizados nas escolas vinculando a realidade com a grade curricular nacional. É preciso pensar em alguns temas – problemas que nortearão todos os conteúdos escolares e metodologias de trabalho da cada educador.

Os eixos norteadores precisam ser retomados, aprofundados, ampliados e não poderão ser trabalhados de maneira isolada, pelo contrário, devem estar interligados com a realidade, podendo assim contribuir para que os educandos apreendam a concepção e a prática da educação como um processo em constante construção. Alguns destes eixos devem ser destacados como: Terra e Trabalho; Os Povos do Campo: suas identidades, suas lutas e suas organizações; O Desenvolvimento Sustentável e A Construção da Cidadania. (QUEIROZ, 2007).

Todos esses elementos vão se complementando com a práxis, relacionando o indivíduo ao coletivo através da experiência de convivência, onde a pessoa deixa de ser uma e torna-se múltipla. Esta ideia traz a necessidade da interdisciplinaridade entre os vários tempos educativos.

Compreender os complexos² é fundamental para que se possa imaginar uma educação diferenciada, que seja libertadora e que envolva a comunidade num projeto de formação humana. Isso se inicia com o plano de aula que deve ser pensado e ministrado de forma que se consiga ligar os conteúdos ao aspecto

² Complexos é um método educacional que de forma dialética busca a práxis, e no qual o trabalho é visto como formativo e como princípio educativo, um processo de organização que vai se dando processualmente através da qual o sujeito se emancipa para compreender a vida e suas complexidades. (FREITAS, 2010)

cultural, social e econômico da realidade em que a escola está inserida, gerando questionamentos sobre as contradições que vão sendo percebidas.

As principais pedagogias que estão inseridas na concepção de Educação do Campo, segundo Kolling (1999), são: a Pedagogia do Oprimido, mostrando que os oprimidos são os sujeitos de sua própria educação e libertação, e que é preciso dar ênfase na cultura, pois ela é a matriz da formação do ser humano; a Pedagogia do Movimento, que compreende a dimensão educativa da participação das pessoas nos movimentos e das lutas sociais para formar os sujeitos dessa luta; e a Pedagogia da Terra, que tem a intenção de educar e reeducar o povo do campo na sabedoria de cuidado e preservação da terra, entendendo a relação de cuidado com o ser humano e sua educação.

Uma das conquistas do projeto de Educação do Campo tem sido a organização e implementação de vários cursos de Licenciatura em Educação do Campo em várias regiões do Brasil, com um vestibular voltado especificamente para os povos camponeses, garantindo maior qualidade e desenvolvimento de uma educação de qualidade no campo.

2.2 A LEdoC e seu papel na formação política a partir de experiências do trabalho com cultura e arte do MST

O curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC), da Universidade de Brasília (UnB), organizado em parceria com o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra), surge como demanda dos movimentos sociais do campo. Após várias discussões entendeu-se que para consolidar o processo de reforma agrária no Brasil é necessário reverter o quadro precário da formação de educadores das escolas do campo, pois na medida em que se conquista a qualidade da Educação do Campo aumenta a possibilidade de fixação dos trabalhadores rurais no campo, impedindo a migração forçada destes para os centros urbanos. (CORRÊA, et all, 2011).

As experiências dos movimentos sociais como MST com arte e cultura fundamentaram a construção da área de Linguagens da LEdoC da UnB, como é contado no artigo Estética e Educação do Campo, (2011) escrito pelos professores da área de linguagem, mas com certeza também tiveram forte influência na organização do curso e das demais disciplinas.

Avaliando a metodologia da LEdoC, pode-se perceber que a busca pela interdisciplinaridade é uma preocupação constante de todos os blocos, que articulam várias disciplinas, olhando para o sistema hegemônico e a realidade camponesa, e a partir daí, promovem debates críticos sobre a sociedade e suas muitas contradições, buscando a formação humana e conscientização política.

A Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) com um modo diferenciado do método tradicional de promover educação, possibilita aos educandos compreensão do mundo de forma interdisciplinar e até mesmo transdisciplinar, envolvendo vários tempos educativos desenvolvidos em Tempo Escola e o Tempo Comunidade.

A LEdoC colabora com o processo de formação da consciência política por ser um curso organizado coletivamente, e se percebe uma constante preocupação dos docentes com o desafio de formar intelectuais orgânicos, que saibam lidar com questões difíceis e com os conflitos reais existentes em cada realidade. Oliveira (2010) destaca que o curso de graduação em educação do campo é uma das conquistas da mobilização do povo oprimido com o objetivo claro de revolucionar a sociedade, por meio de uma educação problematizadora e decodificadora da realidade.

O curso de Educação do Campo tem tido uma importante missão nas vidas de seus educandos, pois consegue fazer com que eles enxerguem seu grande compromisso para com a sociedade em que vivem. A partir da LEdoC é possível perceber os conflitos existentes que anteriormente simplesmente não eram vistos. Os problemas sociais passam a incomodar profundamente, e há um sentimento de responsabilidade na busca por possibilidades de resolução para os mesmos.

O Tempo Escola é o momento de aula na Universidade em que os estudantes têm acesso aos conteúdos curriculares necessários para a formação e qualificação acadêmica, garantidos pelo PPP (Projeto Político Pedagógico) do curso. Os educandos além de serem formados em Educação do Campo podem optar por uma das duas áreas de habilitações: Ciências da Natureza e matemática (CIEMA) ou Linguagens. As aulas de CIEMA, assim como as de Linguagens, preparam os futuros professores para aulas específicas, a maioria das aulas são dinâmicas, apontando novas metodologias de aplicação dos conteúdos curriculares, preparando educadores com um novo jeito de educar.

É também nesse período que ocorrem os Tempos de Organicidade e Tempo

Trabalho, em que são possíveis aprendizados múltiplos através da convivência entre pessoas vindas de várias regiões do Centro Oeste, cada um com sua especificidade. Essa realidade, vivenciada duas vezes por ano, em etapas que variam de trinta e cinco a cinquenta e cinco dias, de estudo em período integral, e se estendem aos alojamentos, permitindo aos alunos possibilidades de aprender novos conhecimentos a partir da vivência coletiva entre pessoas que até então não se conheciam, com diferentes costumes, estilos de vida e maneiras de pensar, tendo que aprender a dividir os mesmos espaços como quarto, cozinha, banheiros, aceitar e se adaptar a novas realidades.

Há também os momentos de análises de conjuntura, de elaboração e leitura coletiva de memórias, místicas, plenárias, trabalhos em grupos, educação física, confraternizações e outras atividades que os estudantes realizam em conjunto que os fazem crescer ainda mais como seres humanos.

As aulas de Mediação entre Forma Estética e Social e Estética e Política e Literatura proporcionam aos educandos maior capacidade crítica de discutir os dilemas, contradições e conflitos do mundo em que vivem, conseguindo analisar a vida e a realidade social a partir da reflexão artística e social. Estas disciplinas lidam com a estética como:

ferramenta de compreensão das obras de arte, entendidas por sua vez como meios de conhecimento social e político [...] com a devida matriz hegeliana e marxista apresentada, as articulações entre estética e política [...] Toda literatura é feita de palavras disfarçadas, que, pelo trabalho estético, se tornam um mundo em si mesmas, compõem um outro mundo que formula a utopia de um mundo outro, e se configuram como um território em disputa, no qual as lutas sociais não são apenas encenadas, mas travadas, palavra a palavra, pelo poeta e pelo leitor, seja lá de que lado eles estejam no campo minado do conflito. (CORRÊA, et all, 2011, p. 188 e 196).

As aulas de Política Educacional, Filosofia, Economia Política, História e Memória e Teoria e Prática Pedagógica também trazem uma visão de mundo mais ampla, reflexões sobre a realidade avaliando de forma crítica as mudanças drásticas que vem ocorrendo nas sociedades, que interferem na organização das pessoas. Essas disciplinas fazem com que os educandos se reconheçam como sujeitos que compõe suas histórias e adquiram o compromisso de multiplicar essa percepção em suas comunidades.

Antônio Gramsci (2000) fala sobre a necessidade da formação dos

intelectuais orgânicos ligados e envolvidos na realidade social e a escola é um dos principais locais de formação desses intelectuais. Uma escola que nasce a partir da luta, do dinamismo social objetivo de uma organização social, da demanda da classe trabalhadora, tem como referência a vida e tem como princípio educativo o trabalho ontológico, e é dentro dessa perspectiva que a LEdoC tem se desenvolvido.

Há no curso de Educação do Campo uma disciplina chamada Conflitos Estruturais Brasileiros e Educação Popular (CEBEP) que visa, juntamente com os demais componentes, colaborar para que os estudantes percebam que são necessárias mudanças na forma de olhar para realidade que envolve as sociedades, proporciona a possibilidade de tornar as pessoas mais críticas e reflexivas, percebendo que por trás de cada ação há uma intenção. É possível concluir que o sistema hegemônico usa várias estratégias para manipulação e alienação, inclusive a ciência e a educação, que “trabalham” a seu favor.

Em CEBEP foram discutidos quais os eixos estratégicos, que poderiam de fato nortear a luta contra hegemônica da Licenciatura em Educação do Campo e após um amplo debate entre várias turmas, envolvendo os conhecimentos e as vivências de cada um, através da busca por uma democracia participativa, os eixos estratégicos foram sistematizados em: Educação Popular; Transformação social; Consciência de classe e Igualdade de gêneros e etnia; Soberania alimentar e reforma agrária popular; Juventude camponesa e sua identidade e Poder popular;

Eixos estratégicos não são doutrinas, bandeiras ou dogmas, são formulações coletivas que sintetizam a ampla gama de questões abordadas pelo curso, e as demandas dos movimentos sociais do campo e quilombolas, buscando o sentido pedagógico, político e cultural da intervenção da LEdoC numa dimensão mais ampla de práxis, pautada pelos interesses da classe trabalhadora, considerando a pluralidade do que nominamos como sujeitos do campo. (CORRÊA, et all, 2011, p 201).

Todo o processo para a elaboração dos eixos contribuiu positivamente na formação crítica e continuada das pessoas envolvidas, tanto estudantes como docentes, pois é com base neles que são organizados os tempos educativos.

Os laboratórios de teatro do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) tem sido exemplos concretos de novas possibilidades educativas. São utilizadas as metodologias do Teatro do Oprimido (TO), que podem ser usadas tanto nas escolas como em outros espaços sociais, para ajudar no desenvolvimento do

processo de ensino aprendizagem e na busca da auto reflexão, envolvendo todas as áreas de conhecimento, o que colabora para a construção da consciência política.

As aulas de Arte e Sociedade da LEdoC possibilitam aos alunos improvisações cênicas como alternativas de resolução de problemas reais enfrentados nas comunidades. Através das técnicas de TO os educandos adquirem maior senso crítico nos debates, conscientização e tomada de posição diante do sistema alienador em que vivemos. Vários exercícios de Teatro Fórum e Teatro Imagem têm proporcionado maior análise crítica social.

Pode-se avaliar de forma muito positiva a experiência dos estudantes da área de linguagem da turma III Dandara, da LEdoC em uma intervenção teatral realizada no Conjunto Nacional de Brasília e na Rodoviária do Plano Piloto, no dia oito de maio do ano de 2011. A primeira ação foi de um Teatro Invisível, retratando o racismo. A cena ocorreu na fila de uma lanchonete, duas mulheres brancas (educandas da LEdoC) cortam a fila de um rapaz negro e começam a discriminá-lo, ele não aceitando aquela situação injusta começa a discutir envolvendo outros atores que também estavam na fila, em meio dos clientes que não sabiam de nada. O problema foi se agravando de tal forma que o responsável pela lanchonete abriu outros caixas para tentar resolve-lo. Por fim as duas saíram do ambiente sendo vaiadas pelos clientes que presenciaram o acontecimento, o que demonstrou que o racismo e a discriminação não são mais aceitos com naturalidade, ou sequer tolerados.

A outra cena foi de Teatro Imagem, várias imagens de opressão foram formadas pelos corpos dos educandos da LEdoC, que “congelados” em meio à rodoviária do Plano Piloto, chamavam a atenção de todos os transeuntes. As imagens representavam conflitos como injustiça, desigualdades, preconceito racial, exploração e outros. O resultado foi interessante, pois trouxe reflexão para várias pessoas que estavam no local, que paravam e conversavam entre si sobre o que estava acontecendo, debatiam sobre o significado daquelas “estátuas”, o que mostrou que o teatro pode ser utilizado como meio de conscientização e articulação social.

Outro momento de grande aprendizado que tem sido proporcionado pela Licenciatura em Educação do Campo é o Tempo Comunidade, momento que os educandos retornam para suas casas com vários planejamentos e estudos procurando meios de aplicá-los em suas realidades. É uma relação dialética em que

os alunos aplicam na prática o que tem aprendido nas teorias durante sua formação, e é nesse tempo que os estudantes têm a oportunidade de fazer a inserção orientada nas escolas e comunidades em que vivem.

Em cada Tempo Comunidade são encontradas novas dificuldades e os alunos da LEdoC precisam aprender a enfrentar os dilemas, sabendo que as coisas não são simples de serem resolvidas. Estes são os grandes desafios, entender a realidade e buscar alternativas para transformação sabendo que cada escola tem sua identidade e cada realidade é única.

Organizada a partir da dimensão da formação por área de conhecimento, em lugar do elenco de disciplinas relativamente autônomas compondo uma grade curricular; do regime de alternância, articulando o tempo escola ao tempo de atuação e pesquisa na comunidade, como alternativa ao período regular do ensino formal em que a produção do conhecimento fica mais estreitamente ligada ao tempo de permanência no espaço da sala de aula; e ainda da relação entre tempo trabalho e tempo escola, que se constituem de forma integrativa e não opositiva conforme predomina no âmbito escolar convencional, a lógica estruturante da Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) é, em muito, responsável pela possibilidade de uma práxis efetiva na produção do conhecimento. O aspecto integrador, sempre vivido como um desafio, uma vez que a integração proposta só se traduz em práxis na medida em que é uma experiência de enfrentamento de contradições, é, portanto, um elemento central do processo formativo que nos impulsiona a uma radicalidade, nem sempre disponível. (CORRÊA, et all, 2010, p. 187)

Para os alunos que são formados nessa nova perspectiva há uma grande responsabilidade na busca por entender os conflitos e a disputa existente nas comunidades, onde geralmente não tem tido a interação necessária entre escola e comunidade, o que impossibilita uma educação do campo com qualidade.

Alguns alunos da LEdoC conseguiram organizar ou participar do fortalecimento de grupos teatrais em suas comunidades e é possível perceber como a arte teatral tem contribuído com a formação da consciência política das pessoas.

CAPÍTULO 3 – O COMPLEXO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE CONSCIÊNCIA

A conscientização ou a falta dela determina as ações e reações das pessoas, é de acordo com sua forma de compreender o mundo que elas agem, ou na aceitação da situação existente ou na tentativa de modificação das relações sociais. Mas essa conscientização não acontece de uma hora para outra, é um processo

complexo que envolve várias etapas das nossas vidas desde o nascimento até a morte e pode nunca vir a acontecer.

O ser humano se diferencia dos outros animais, entre outros fatores, por ter a capacidade de desenvolver a consciência, por meio da subjetividade que é a maneira de sentir, simbolizar, significar, fantasiar, amar, pensar, sonhar, e o fazer de cada um. Ou seja, é tudo aquilo que constitui o nosso modo de ser.

A subjetividade é a síntese singular e individual que cada um de nós vai constituindo conforme vamos nos desenvolvendo e vivenciando as experiências da vida social e cultural; é uma síntese que nos identifica, de um lado, por ser única, e nos iguala, de outro lado, na medida em que os elementos que a constituem são experienciados no campo comum da objetividade social. Esta síntese — a subjetividade — é o mundo de ideias, significados e emoções construído internamente pelo sujeito a partir de suas relações sociais, de suas vivências e de sua constituição biológica; é, também, fonte de suas manifestações afetivas e comportamentais. (BOCK, 1999. p. 28).

Consciência é uma atividade própria ou uma função da mente humana, trata-se de um fenômeno psicológico que envolve a cognição, a sensação e a percepção. Para Marx e Engels (1845/2005) a consciência é constituída em um processo social e histórico, ela se processa dialeticamente entre objetividade e subjetividade, e é ela que caracteriza o homem como ser social, pensante que reflete e age. O ser humano se apropria da realidade, transformando-a. Isso o transforma e transforma sua consciência, que assume um papel ativo na construção de uma realidade social. (EUZÉBIOS FILHO, 2010).

O desenvolvimento da consciência pressupõe sua imersão em uma realidade concreta, mas, a partir do momento que essa realidade é refletida, quanto mais ela é conhecida e apropriada conscientemente, mas o objeto começa a ser pensado, não apenas sobre aquilo que ele é, mas sobre aquilo que ele pode vir a ser. (LESSA, 2002 apud EUZÉBIOS FILHO, 2010, p. 41)

Esse processo de formação da consciência está em permanente transformação, pois é o resultado da interação entre a mente, a psique e o psicossocial. A tomada de consciência está intimamente relacionada com a linguagem, as experiências, os conhecimentos e as ações transformadoras. Toda a consciência é coletiva e ao mesmo tempo individual, pois parte do externo (realidade) para o interno (o ser humano) e vice-versa. (THOMPSON, 1987),

(TELES, 2010).

Thompson (1979) enfatiza a importância da experiência que surge na luta para o processo de construção da consciência, pois “Pela experiência os homens se tornam sujeitos”, e afirma ainda que a consciência vai sendo gerada na luta. “Não há projeto político previamente demarcado, ele se constrói na práxis”. Não basta, porém, a ação avançar, para que automaticamente a consciência se transforme. A ação deve ser refletida criticamente e também deve ser trabalhada em nível psicológico. Neste sentido, a consciência não é uma transposição mecânica, reflexo de relações objetivas, mas é um trabalho, uma atividade reflexiva, de modo que não pode haver nenhuma atividade que não esteja precedida ou seguida de um determinado estado de consciência. E ao se analisar o processo da consciência não se pode privilegiar nem a mediação social, nem a mediação psicológica, pois, de acordo com Aswaia (1987), as duas devem ser consideradas na relação dialética que a caracteriza. A autora ainda preconiza que, a consciência é devir, isso não significa que esteja sempre sendo algo totalmente diferente do momento anterior. Consciência em devir é um movimento de negação e superação e é também um movimento de reprodução, mas não por rupturas. Ao superar o momento anterior, negando-o, incorpora o negado, o que lhe dá outra qualidade. Ela não rompe definitivamente com o momento anterior. (RECK, 2005, p.95)

Há várias teorias filosóficas e psicológicas que buscam explicar o processo de desenvolvimento de consciência humana. A filosofia se volta para as questões humanas no plano da ação, dos comportamentos, das ideias, das crenças, dos valores e, portanto, se preocupa com as questões morais e políticas. Isto é, as ideias e práticas que norteiam os comportamentos dos seres humanos, tanto individualmente quanto como cidadãos que precisam viver em sociedade. (CARVALHO e GONÇALVES, 2009).

3.1 A psicologia e algumas explicações sobre a consciência

A Psicologia procura estudar e compreender a subjetividade humana, e o seu processo de formação da consciência e por se tratar de uma ciência, tentou afastar-se da filosofia, por ter objetos mais específicos de estudo. Freitas e Netto (2008) afirmam que a psicologia é uma ciência muito ampla e complexa, que estuda o ser humano, seu consciente e inconsciente, investigando os comportamentos, a inteligência, as personalidades, os temperamentos e as várias etapas do desenvolvimento humano.

Nesse trabalho abordaremos algumas concepções psicológicas na tentativa de ilustrar o processo de formação de uma consciência crítica, analítica e reflexiva,

capaz de analisar a realidade, debater sobre os dilemas e contradições da sociedade, imaginar quais as possibilidades de organização e melhorias reais, e pensar sobre um novo modelo econômico, político e social, percebendo a condição alienada do ser humano. Esse tipo de consciência alguns autores vão denominar de Consciência de Classe, outros de Consciência Política, Consciência Social, Consciência da Cultura e há ainda os que a chamam de Consciência Revolucionária.

Para Vigotski, “A consciência e o comportamento são aspectos integrados de uma unidade, não podendo ser isolados pela Psicologia”. (BOCK, 1999, p 113). Precisamos considerar que o processo de formação da consciência perpassa pela complexidade humana, e que para a compreendermos, é necessário atentarmos para alguns estudos psicológicos.

Euzébios Filho (2010 p. 38) afirma que “a tomada de consciência não se limita apenas à apreensão sensível de um objeto (imediatismo da experiência), uma vez que a apropriação consciente é realizada, fundamentalmente, a partir de uma série de mediações sociais”. Vigotski explica que as relações estabelecidas entre o sujeito e mundo social e material, podem ser consideradas como uma via de mão dupla, em que o homem objetiva suas ideias e elas acabam exercendo influências sobre ele:

Vigotski enfatiza o papel central da mediação social no processo de tomada de consciência. Para o psicólogo russo, esse processo não se restringe a um ato isolado da psique (exemplo: conhecimento ou concepção), uma vez que todas as funções psicológicas integram-se em um determinado momento e devem ser compreendidas a partir da função mediadora que estabelecem com o contexto social em que atuam. A consciência, dessa maneira, toma forma a partir das mediações que o sujeito estabelece com o mundo social e material e vice e versa. Essas mediações revelam interações complexas em que o sujeito busca, não apenas captar as propriedades específicas de um objeto, mas, essencialmente, gerar um sentido próprio para suas experiências sociais. (EUZÉBIOS FILHO, 2010, p. 40)

De acordo com Bock (1999) há três tendências teóricas importantes da Psicologia que merecem destaque o Behaviorismo ou Teoria (S-R) (do inglês *Stimuli-Respond* — Estímulo- Resposta), a *Gestalt* e a Psicanálise. Cada uma delas busca explicações para o ser humano e seu desenvolvimento. Com a ampliação dos estudos outras teorias psicológicas foram surgindo, e a própria Bock vai demonstrar em outros textos a importância dessas novas pesquisas teóricas.

3.2 Behaviorismo, Gestalt e a Psicologia do Desenvolvimento Humano

Bock (1999) explica que Behaviorismo, conhecido também como Comportamentalismo, Teoria Comportamental, Análise Experimental do Comportamento, ou Análise do Comportamento, foi inaugurado pelo americano John B. Watson, em 1913, e para ele: “Certos estímulos levam o organismo a dar determinadas respostas e isso ocorre porque os organismos se ajustam aos seus ambientes por meio de equipamentos hereditários e pela formação de hábitos” (Op. cit. p 57 e 58).

Para o Behaviorismo os organismos buscam se adaptar ao meio, através do comportamento, que pode ser medido e observado, e as experiências podem ser reproduzidas em outras situações. Um dos principais conceitos desta teoria é o estímulo-resposta. Os comportamentos “aprovados” são estimulados através do Reforço Positivo, que é todo evento que aumenta a probabilidade de uma determinada resposta. As atitudes “reprováveis” sofrem um Reforço Negativo, que é a punição que leva à extinção do comportamento indesejável. Toda nossa vida está mediada por regras de convivência, que se não forem cumpridas geram algum tipo de punição. (Op. cit.).

O estímulo resposta pode ser analisado nas relações sociais, por exemplo, durante o período abolicionista, guerras civis e a ditadura militar, os movimentos e ações populares eram inibidos através do Reforço negativo consolidado pela violência. Nas escolas a obediência e o bom comportamento são valorizados e recompensados pelas notas e elogios, resultados do Reforço Positivo.

A percepção é o ponto de partida da Gestalt e também um dos temas centrais dessa teoria. “O que o indivíduo percebe e como percebe são dados importantes para a compreensão do comportamento humano”. (Op. cit. p. 77)

Para entender melhor o ser humano, a psicologia tenta explicar os processos básicos do seu comportamento como a percepção, sensação, emoção, motivação e a aprendizagem. “Sabemos que as pessoas não são iguais. O que nem sempre percebemos é que cada um tem a tendência de encarar o mundo de um modo que faça mais sentido para si como indivíduo. A maneira de vermos o mundo é chamada de percepção.” (TOBIAS, 2005 p. 20).

Usamos nossas sensações para “sentir” o mundo, ou seja, uma mera consciência daquilo a que temos acesso, mas vamos realmente percebê-lo a partir

do momento que focarmos nossa atenção em determinada situação que faça sentido para nós, através de experiências prévias.

A Psicologia do Desenvolvimento Humano é uma das áreas de estudo da psicologia científica, e é preciso reconhecer a importância dos estudos do renomado epistemológico suíço Jean Piaget (1896 -1980), considerado um dos teóricos mais importantes no campo do desenvolvimento cognitivo humano, que estudava a forma como as crianças utilizavam a sua inteligência. Sua preocupação era explicar a mente humana. Há também a influência de uma série de fatores que não podem ser analisados isoladamente, pois fazem parte do conjunto que determinam a formação humana são eles: *Hereditariedade, o crescimento orgânico, a maturação fisiológica e o meio.*

De acordo com Freitas e Netto (2008) as principais teorias do Desenvolvimento são as teorias Inatista, Ambientalista e Interacionista. A *Teoria Inatista*, afirma que cada pessoa tem dentro de si a possibilidade de se desenvolver, independentemente do ambiente em que vive, como se já nascesse pronta, e precisasse apenas da maturidade para completar seu desenvolvimento.

A *Teoria Ambientalista*, ao contrário, garante que o ser humano é moldado apenas pelo meio em que está inserido, para essa teoria não há nenhuma possibilidade da “natureza” humana determinar os fatos, é como se o sujeito nascesse como uma folha em branco e o ambiente determinasse o que deve ser imprimido nela. É a uma das bases da educação bancária.

Já a *Teoria Interacionista*, assegura que a aquisição do conhecimento ocorre somente através da interação entre o sujeito e o ambiente em que vive. Trata-se de um processo contínuo de inter relação entre o meio e a pessoa, com toda a sua complexidade consciente e inconsciente. É nessa perspectiva que a Educação do Campo tem procurado desenvolver suas metodologias.

3.3 A psicanálise e a consciência

Outra teoria que estuda o ser humano é a Psicanálise, criada por Sigmund Freud (1856 – 1939), que demonstrou que muitas explicações sobre os seres humanos são possíveis somente através da compreensão do inconsciente. Os estudos de Freud trazem uma nova luz sobre muitas atitudes e consequências nas relações entre as pessoas. Uma questão de estudo da psicanálise é o

desenvolvimento psicosexual, que fala de quatro fases que o ser humano passa desde o seu nascimento: oral, anal, fálica e genital. Para Freud cada uma dessas fases deve ser vivenciada de tal forma que busque a resolução de conflitos, para que no futuro não traga traumas e problemas de relacionamento e para que o sujeito se desenvolva pessoal e socialmente.

Seguindo a perspectiva psicanalítica, Mauro Luis Iasi (2007), em seu livro “Ensaio sobre consciência e emancipação”, apresenta uma compreensão do processo de formação da consciência pelo qual um ser humano vai passando até chegar à conscientização política e emancipação humana. Para ele a primeira forma de consciência se dá através da interiorização de uma realidade externa. “A consciência seria o processo mental (subjetivo) de uma realidade concreta e externa (objetiva), formada nesse momento, através de seu vínculo de inserção imediata (percepção)”. (p 14). As informações vão sendo adquiridas, assimiladas, compreendidas e aceitas como válidas, ocorrendo então, uma internalização das relações vividas pelos indivíduos.

Iasi (2007) explica que o primeiro espaço onde ocorrem relações sociais é na família, ali o bebê vai amadurecendo e pouco a pouco percebendo que existe algo externo, adquire a noção de “eu” e estabelece sua primeira relação. Os pais organizam as regras que devem ser seguidas e elas vão se tornando naturais para as crianças.

Para a psicanálise o sujeito vai sendo moldado e sua personalidade estruturada à medida que vai se inserindo na sociedade em que vive se adaptando aos seus padrões, formando assim a consciência do mundo e de si mesmo. As relações familiares formam apenas uma parte da personalidade da pessoa, e no decorrer da vida, outros espaços como escola, trabalho, movimentos sociais, vão colaborar com o processo de formação de consciência e/ou alienação.

A alienação está envolvida em todos os aspectos na vida das pessoas, no trabalho, no lazer, nas relações pessoais e sociais, no consumo e na educação, enfim nossas relações são mediadas pelo processo alienador, que torna o ser humano alheio a si mesmo. A alienação é uma condição humana, que não é modificada facilmente. Nascermos em uma sociedade dividida e começamos a entender o mundo de maneira fragmentada. Mesmo que a criança não entenda que mundo é esse, ela vive nele de maneira fragmentada e pouco a pouco ela vai se justificando nele.

A alienação, nesse sentido, não é primeiramente psicológica, social ou ética. Ela se refere ao sistema produtivo, é resultado de uma realidade “em si”, mais especificamente, da apropriação privada dos meios de produção, da vida material como um todo, da arte, da ciência, em suma, da própria atividade humana no capitalismo [...] a alienação é resultado da divisão social do trabalho que, com diferentes nuances, acompanha o ciclo da história humana até os dias atuais. (MESZARÓS, 2006 apud EUZÉBIOS FILHO, 2010, p. 84)

O texto “A consciência pode conhecer tudo?”, de Marilena Chauí (2000), traz uma explicação sobre a alienação social no âmbito econômico, em que os trabalhadores não se reconhecem no fruto do seu trabalho, explica que a alienação intelectual neutraliza a cultura popular, exterminando os saberes e fazeres do povo, impondo uma “cultura ideal” que também é alienadora.

A segunda forma de consciência, segundo Mauro Iasi (2007), seria o início da superação da alienação, que é a chamada “Consciência em si” ou Consciência da reivindicação, que é possível somente através da ação coletiva. As injustiças são discutidas, a revolta é partilhada e há então a mobilização do grupo exigindo mudanças. Esse tipo de consciência pode evoluir à Consciência de Classe, que é o fruto de uma dupla negação: “o proletariado nega o capitalismo assumindo sua posição de classe e, para depois negar-se a si próprio enquanto classe, assumindo a luta de toda a sociedade por sua emancipação contra o capital” (Op. cit. p. 32). Nesse momento de tomada de consciência pode ocorrer uma estagnação do processo de formação da consciência, diante das dificuldades em se alcançar mudanças ocorrendo a adaptação às ordens estabelecidas.

Iasi (2007) afirma ainda que há a Consciência Revolucionária que busca a transformação da sociedade exigindo para isso outro sujeito: a classe. Essa consciência não pode se realizar dentro dos limites do pensamento, são necessárias ações organizadas. É preciso a transição de um modo de produção para outro, e conforme vão se estabelecendo novas relações, as transformações revolucionárias vão se tornando possíveis. A partir de então se inicia a construção de um novo nível da consciência humana.

Há, portanto, consciência individual como produto da convivência social, por isso a consciência em uma sociedade de classes tem o caráter de classe, porque cada um educa seus descendentes de acordo com a sua posição social. Influindo na mudança de pensamento pela ideologia, como instrumento de relação direta com a consciência. [...] É preciso elevar a

consciência de todas as pessoas para que compreendam o que está sendo edificado e porque se edifica desta forma e não de outra forma. (BOGO, 2003, p. 63 e 64)

Ademar Bogo (2003) também explica o processo da consciência em seu texto *A consciência da cultura*. Para ele “A consciência é uma consequência da convivência social onde se produz a cultura. Por sua vez, a cultura é a abrangência do pensar e fazer ao mesmo tempo para, produzir a existência social”. A consciência adquire diferentes formas de expressão: Consciência Jurídica, Consciência Moral, Consciência Estética, Consciência organizativa, Consciência Ecológica, Filosófica, Ideológica, Agronômica, Religiosa, Pedagógica etc., essa variedade demonstra que “há especificidades na consciência, porque há múltiplas formas de se manifestar a cultura humana” (p. 72).

3.4 A teoria da Subjetividade Histórico-Cultural

Para continuar falando sobre o processo de formação de consciência é preciso considerar a importância da teoria da Subjetividade em sua perspectiva histórico - cultural, pois ela tem uma visão mais ampliada da questão, ela é mais ampla e através de um pensamento dialógico busca envolver as dimensões cultural, emocional, racional, social, passado, presente, pois procura envolver praticamente todos os elementos que dizem respeito ao sujeito e o espaço social e cultural em que ele está inserido, mostrando a existência da dialética que acontece entre o biológico e o social na construção das chamadas funções psíquicas superiores.

A teoria da subjetividade é compreendida como a aresta que conjuga todas as dicotomias clássicas da psicologia, como por exemplo, o passado e o presente, e o consciente e o inconsciente, o simbólico e o afetivo, o individual e o social, o racional, entre outros. Essas dicotomias possam a ser compreendidas como momentos qualitativos diferenciados de um sujeito concreto que os vivencia como espaços de permanente tensão. A unidade desse processo é o sentido subjetivo. A configuração subjetiva é a maneira que esses sentidos subjetivos se organizam dinamicamente. O sujeito é o ator/autor dos processos vivos. E a subjetividade é dialogicamente individual e social (TELES, 2010).

O sujeito, a partir das relações que vivencia no mundo, produz significações e, como ser significante, vivenciar esta sua condição de ser lhe permite singularizar os objetos coletivos, humanizando a objetividade do mundo. Constituir-se como sujeito é, nesta perspectiva, realizar a dialética do objetivo e do subjetivo, já que o sujeito existe como subjetividade objetivada, que pela subjetividade (negação), se objetiva novamente, encontrando, por meio da subjetividade (negação). Se trabalharmos a partir desta proposta ontológica, sujeito e subjetividade não poderão ser sinônimos. A subjetividade é compreendida como uma dimensão do sujeito, assim como a objetividade que, relacionadas dialeticamente no contexto social, produzem o sujeito. (MAHEIRIE, 2002 p. 7)

A teoria da Subjetividade sob uma perspectiva Cultural-histórica, através de um pensamento dialético, “procura superar no macroconceito de subjetividade”, as alienações e fragmentações da ciência racionalista, “abarca a epistemologia da complexidade e revê o conceito de sujeito que ficou à margem na história científica da psicologia experimental. Ela rompe com as dicotomias e linearidades que reduziram a dinâmica subjetiva” [...] Para essa teoria o conceito de subjetividade vai além dos modelos simplificados, que marcam a compreensão de sujeito nos campos psicológicos, que simplesmente reduzem os estudos a comportamentos visíveis e mensuráveis (TELES 2010, p. 11). Ainda constata que:

A criança não cresce à margem do seu meio social e cultural e sua forma de pensar, de conceber; e suas ideias estão absolutamente ligadas ao meio em que ela se desenvolve. Existe uma dialética que acontece entre o biológico e o social na construção das chamadas funções psíquicas superiores que diferenciaram os humanos dos outros animais. [...] Esse macroconceito combina de forma complexa algumas categorias. Essas categorias devem ser compreendidas como elementos dinâmicos de um todo maior. São unidades em si, mas não devem ser captadas como estanques, alienadas umas das outras ou fechadas em si mesmas. [...] a subjetividade individual é assim, de acordo com essa teoria, um sistema centrado em configurações de sentidos integrantes do sujeito atual do momento concreto e também do seu processo histórico. É um sistema dinâmico e em processo e não uma categoria estática determinada unicamente por elementos dados a *priori*. (TELES, 2010, p. 11 e 12)

Para se compreender a Teoria da Subjetividade é preciso atentarmos para dois de seus elementos principais: o sujeito e o espaço social e cultural em que ele está inserido. Todos os fenômenos humanos se transformam em fenômenos sociais, que são “sistemas complexos de configurações subjetivas dos diversos espaços da vida social que se articulam entre si” (TELES, 2010, p 26).

O mundo social e o mundo psicológico caminham juntos em seu movimento e a psicologia para compreender o mundo psicológico terá obrigatoriamente que trazer para seu âmbito a realidade social na qual o fenômeno psicológico se constrói; e por outro lado, ao estudar o mundo psicológico estará contribuindo para a compreensão do mundo social. Trabalhar para aliviar o sofrimento psicológico das pessoas possibilitará e exigirá do psicólogo um posicionamento ético e político sobre o mundo social e psicológico. A psicologia sócio-histórica pretende assim ser crítica porque posicionada. A psicologia sócio-histórica exige a definição de uma ética e exige uma visão política sobre a realidade na qual nosso “objeto de estudo e trabalho” se insere. A psicologia sócio-histórica carrega, intrinsecamente à sua forma de pensar a realidade e o mundo psicológico, esta perspectiva e a necessidade deste posicionamento (BOCK, 2009).

O ser humano só se torna ser humano, se humaniza, somente enquanto se apropria das mediações construídas culturalmente, dos conhecimentos acumulados pela humanidade ao longo de seu desenvolvimento sócio-histórico. Cada pessoa aprende a ser pessoa, pois somente o que a natureza oferece a ela quando nasce não é suficiente para viver em sociedade. É necessário ainda adquirir o que foi obtido no decorrer do desenvolvimento histórico da sociedade humana. Dessa forma, o sujeito desenvolve as características especificadamente humanas à medida que internaliza o trabalho social, o modo pensar e agir organizado na sociedade em que vive. Cada geração começa sua vida em um mundo composto de objetos construídos pelos seus antepassados e de significados, e vai se apropriando dessas objetivações por meio do trabalho. Seria, portanto impossível a continuidade do processo histórico, o processo de transmissão de conhecimentos e de comunicação, visto que as novas gerações não teriam acesso ao desenvolvimento histórico-cultural da humanidade. (AITA e FACCI, 2011)

3.5 O processo de formação de consciência e sua relação com o processo de formação do Brasil

Como se pode perceber, a formação da consciência é um processo que envolve vários aspectos, e se tratando de um país como o Brasil essa conscientização é um processo ainda mais complexo, pois as raízes históricas que determinam a formação cultural, econômica e social do país são repletas de contradições. Um texto que nos mostra um pouco essa realidade é “As ideias fora do lugar” de Roberto Schwarz (2000) que discute o realismo apresentado por Machado de Assis, e demonstra em que contexto ocorre a formação do povo brasileiro. Ele

fala do favor como mediação quase universal da experiência brasileira, como decorrência das relações estabelecidas entre proprietários e profissionais liberais desde o período da escravidão.

A sociedade brasileira, formada em meio a tantas contradições, como a da lógica do favor, do patriarcado, das relações discriminatórias, da imposição do modo de produção capitalista e de um modelo educativo tradicional, a imprensa exercendo sua influência alienadora, a falta de políticas públicas eficientes de Reforma Agrária, etc, resultou em um povo despolitizado, com dificuldade de discutir seus próprios dilemas e assumir uma postura consciente diante da necessidade de organização social. Resultou na existência da pessoa segregada, numa relação em que se predomina a falta de consciência política.

A maioria dos seres humanos não tem uma consciência política crítica e ativa, praticamente não são debatidos coletivamente os conflitos estruturais das comunidades, e infelizmente as pessoas não se reconhecem como sujeitos da própria história e isso é resultado da manipulação ideológica, incentivada principalmente pela indústria cultural. “Uma sociedade com plena consciência de si não precisaria ter ideologia, necessária, entretanto em sociedades como a nossa, que contradiz o conceito de humanidade” (COSTA, 2012 p.7).

A forma de consciência da sociedade corresponde ao domínio capitalista, já que na sociedade do capital o fundamental é o respeito à propriedade privada, e a consciência que a sociedade tem dela mesma depende da base, da infra estrutura, e parte da forma de organizar sua existência, pois como vimos o ser social determina sua consciência.

Para se falar em construção de consciência política é preciso antes de tudo pensar na necessidade urgente de reconstruir a ideia de poder popular e educação popular, e o teatro político demonstra uma possibilidade de debater sobre os problemas reais vividos nas sociedades, pois pode ser encenado em qualquer lugar ou ocasião, como praças, ruas, salas de aula, reuniões de associações, palestras, etc., desde que tenha a intenção de mostrar a realidade e trazer reflexão sobre ela.

CAPÍTULO 4 – TEATRO COMO MEIO DE ARTICULAÇÃO SOCIAL

Nem sempre conseguimos identificar a realidade em que estamos inseridos, mas mesmo assim ela influencia grande parte do nosso jeito de ser e se mover pelo

espaço. Nascemos em um sistema de vida e fazemos parte de uma totalidade muito difícil de ser compreendida. Vivemos alienados e há um grande risco de vermos a realidade como relativa, fragmentando a totalidade. Para termos consciência política sobre a realidade precisamos de mediações, e uma delas é a arte, que organiza e nos mostra as contradições.

A Estética está relacionada com organização da nossa história e através da mediação estética podemos adquirir a capacidade crítica de discutir nossos dilemas, contradições e conflitos. Infelizmente muitos de nós não temos os critérios críticos para analisar problemas, devido ao elevado grau de alienação em que vivemos. Somos uma população vulnerável, e por isso tem-se buscado meios de se conseguir analisar a vida e a realidade social a partir da reflexão artística.

Buenaventura (2003) faz uma crítica dizendo que “a cultura é algo preparado e elaborado na Europa e nos Estados Unidos que nós devemos tratar de vender aqui. Enquanto o teatro se refina, o produto nos chega com todas as instruções para desenlatá-los e expô-lo frente aos clientes”.

O esvaziamento das salas teatrais reflete, possivelmente, o de uma arte essencialmente coletiva que se vê em confronto com a solidão da era moderna. O individualismo, marca da modernidade, ganha expressivas tonalidades nessa virada de século e talvez transforme o teatro em um evento muito pouco sedutor. (DESGRANGES, 2003, p. 22)

Outro fator que colabora com o desinteresse das pessoas pelo teatro é o advento da televisão. Praticamente todos os brasileiros, incluindo os muito pobres, tem pelo menos uma TV em sua casa, quando, no fim do dia de trabalho fatigante as pessoas chegam às suas casas querem apenas descansar, sem ter que pensar ou refletir, a televisão repassa as informações e não se exige nenhum tipo de esforço psíquico do telespectador. É “normal” o silêncio pairar sobre as casas nos momentos de novelas, não há mais diálogo, nem atividades coletivas, pois assistir à TV é ação individual, por mais que estejam todos dentro de casa, em frente a ela. Não há incentivo para que o teatro se torne um evento atraente. Não há interesse em promover espaços de discussão, já que através da televisão é possível moldar facilmente o comportamento das pessoas.

Quando se fala em teatro, muitas vezes, tem - se aquela impressão que foi repassada pela mídia, de que a melhor arte teatral é aquela realizada em amplos anfiteatros, onde apenas ricos tem acesso, e muito bem vestidos, se assentam nos

melhores lugares e assistem a belíssimas peças, que são decoradas, recitadas e encenadas com a maior perfeição. As peças são ensaiadas várias vezes e por isso, praticamente não há “erros”, os melhores atores estão no palco e fazem um belo trabalho, o público assiste calado, com os braços “cruzados”, paralisado e no fim todos ficam de pé para os aplaudirem.

O drama é a forma teatral mais valorizada e conhecida, pois as telenovelas e os filmes utilizam desse modelo dramático para garantir o mercado. A data de nascimento do gênero dramático é o século VI a.C. na Grécia, mas o teatro é mais antigo que o gênero dramático (COSTA, 2004).

O drama tecnicamente é baseado na capacidade de decisão individual. Alimenta no espectador a impressão que ele é sujeito da história, ao propor que a ação deve ser sempre uma responsabilidade individual, apresentando uma lógica baseada na vontade pessoal e nunca em ações coletivas. Nesse modelo ou a pessoa é vítima, oprimido, ou ele é agente do sistema, opressor. O drama, para prender a atenção do espectador, apresenta situações em que a personagem quer, mas não pode, são problemas propostos que são resolvidos baseados no individualismo. Geralmente as cenas vão se desencadeando até chegarem ao clímax e finalmente o desfecho da ação propõe a resolução do problema.

Conforme Peter Szondi (2001), em seu livro “Teoria do drama moderno” a forma de palco das peças dramáticas, conhecido como palco Italiano, vem do Renascimento e do Classicismo e demonstra a ideologia da sociedade que é dividida em classes. Não há passagem entre as personagens e a plateia. As luzes são direcionadas no palco e público fica no escuro, é como se houvesse uma quarta parede ilusória, impedindo que aconteça a relação do ator com o público. O drama não conhece a variação nem a citação, sua época é sempre o presente, é estático e as cenas são sequências de presentes absolutos, é uma dialética fechada em si mesma, que deve estar desligado de tudo que lhe é externo.

A obra dramática apresenta os conflitos intersubjetivos, que dizem respeito a personagens, traz o diálogo como veículo da ação dos problemas individuais e a vida privada, apresenta sempre um herói promovendo a empatia das pessoas. “O drama é um resumo da concepção de mundo da burguesia. O drama é uma radiografia da ideologia burguesa. O drama é o instrumento primordial do inimigo. A própria teoria dos gêneros foi elaborada pelo inimigo. Mas há contradições [...]” (COSTA, 2004, p 02).

Na tentativa de estabelecer um novo paradigma teatral, com uma visão política e consciente, foi surgindo o teatro épico, que tem suas bases teóricas nas formulações de Bertolt Brecht e, que conforme Desgranges (2006), durante mais de trinta anos encenou e escreveu um vasto e importante material que explica com clareza suas produções cênicas e objetivos artísticos, e boa parte desses escritos foram produzidos no exílio. Através de uma forma diferenciada, consegue levar as pessoas a refletirem, sobre os problemas.

O foco do teatro épico está centrado na ampliação do acesso linguístico do espectador e na democratização do teatro, “havia o intuito de posicionar os espectadores enquanto sujeitos da história, indivíduos que se colocassem diante de acontecimentos que podem ser alterados, pensados de outra maneira, alguém que se sentisse estimulado a participar do processo histórico” (DESGRANGES, 2006, p. 41).

O teatro épico trata da vida pública, levando para o palco questões que dizem respeito à coletividade, enquanto que o teatro dramático aborda questões da vida privada. O teatro épico tem um caráter fortemente narrativo, e geralmente conta com um narrador que relata uma história, que pode também ser um dos personagens, a história vivenciada tem envolvimento com o passado e essa distância do fato ocorrido leva o leitor/ espectador a ter uma atitude reflexiva sobre o assunto narrado.

Ao contrário da obra dramática, no épico cada cena é independente e tem sua importância própria, não havendo um encadeamento rigoroso crescente rumo ao clímax. Até o palco conta de maneira crítica a história, pois todos os recursos cênicos podem desempenhar função narrativa, para Brecht o espectador deveria se distanciar e refletir sobre o que vê, ao invés de entregar-se ao envolvimento emocional o que impossibilita o raciocínio, como ocorre com o drama. (DESGRANGES, 2006)

[...] em consonância com mudanças políticas, econômicas e sociais, o panorama teatral brasileiro passa por uma transformação radical nos anos 60. O teatro já não é mais a instituição que oferece diversão estética para o consumo de um público burguês. Ao contrário, a efervescência política e intelectual produz um teatro de luta contra a miséria social, de revolução, da mesma forma como, no início dos anos 20, o teatro popular de Brecht conscientemente se contrapunha ao teatro tradicional, ao teatro da burguesia. No Brasil, sob a influência de Brecht, novas formas de expressão e novas estéticas também são experimentadas e descobertas. (SARTINGEN, 1998, p. 133)

Para propor novas possibilidades de ações e reflexões humanas através da arte teatral é preciso muito empenho, pois lutar contra o sistema hegemônico de dominação não é uma tarefa fácil, as pessoas estão “acomodadas” com sua situação social, e criticam apenas superficialmente.

E conforme Buenaventura a peça teatral é:

Algo no qual nos comprometemos atores e espectadores. É um feito que, durante o espetáculo, se decompõe em todas suas partes, que incide em todos nossos meios de percepção, que toca as vivências do ator e do espectador e se integra de novo permitindo-nos, simultaneamente, a crítica. (BUENAVENTURA, 2003, p 11)

Em vários momentos da História tivemos ações que apontavam para possíveis transformações sociais, porém também houve grandes retrocessos devido a vários fatores, como já abordado nesse trabalho de pesquisa. Essas mudanças ocorreram tanto no sistema econômico, político e social como no âmbito das questões artísticas.

4.1 O Teatro tradicional

A arte teatral é uma das mais belas formas de educação e pode ser utilizada para comunicação, convencimento, transmissão de ideais, conscientização, mobilização, ensino aprendizagem de conteúdos curriculares, alfabetização de jovens e adultos, descontração e divertimento, e na luta em prol de transformação social e melhoria da qualidade de vida.

No teatro não é preciso saber escrever para fazer uma narração, é possível contar histórias sem saber ler, através da arte a imaginação pode ser usada e compartilhada, os conhecimentos podem ser desenvolvidos envolvendo experiências. As pessoas são letradas e podem repassar suas ideias através da oralidade ou apenas gestos. No teatro podemos perceber que os letramentos são múltiplos e por isso há várias maneiras de se expressar mesmo não conhecendo todas as expressões consideradas pela norma padrão como “as únicas certas”.

Infelizmente, nas escolas e na maioria dos espaços sociais o teatro praticamente não é trabalhado e muito menos valorizado. A sociedade prega individualismo, competição, acumulação do capital e exploração, e a escola tradicional não tem se preocupado com um letramento político que ajude a formar

cidadãos críticos e conscientes, muitas vezes acaba reproduzindo seres passivos e indiferentes à realidade. Teles e Reis Jr (2013) concluem que “a educação tem por função a reprodução da sociedade na qual se insere” [...] por anos a escola preocupou-se com a formação das elites, “aprofundando a distância entre os superiores e inferiores” o que colabora com altas taxas de desigualdade social sentidas até hoje. (p. 294).

A escola capitalista tem uma metodologia que interfere negativamente naquelas vontades dos alunos em querer saber, falta estímulo, não se problematiza o real e isso atrofia a possibilidade do esclarecimento. Os professores estão bitolados e a visão de educação que eles têm é do tipo bancária, em que há apenas a transmissão do conhecimento de forma unilateral.

O modelo educacional bancário encontrado em muitas escolas, que ainda trazem as marcas da pedagogia tradicional e tecnicista, demonstra como a ideia de se fazer com que as pessoas se ajustem ao sistema, que tem suas raízes no positivismo, está sendo aplicada com sucesso. Sabemos que a educação influencia grandemente na vida da comunidade, e se permanecer uma educação que anula o poder criativo dos educandos, não se desenvolverão cidadãos com a consciência crítica, e a relação de opressão estabelecida em nossa sociedade se perpetuará, pois estas crianças se tornarão adultos incapazes de transformar o mundo, e pelo contrário, se tornarão um povo “organizado” para receber informações, se adaptar e obedecer as ordens estabelecidas, ou seja, fáceis de serem domesticados.

Dentro desta perspectiva escolar o teatro tem sido visto muitas vezes apenas como uma forma de entretenimento. A arte teatral acaba cumprindo algumas funções de desinibir e incentivar expressões individuais, e até potencializar o trabalho coletivo, pois utiliza o lúdico para desobstruir a tensão dos alunos devido ao acesso de conteúdos obrigatório nas escolas, permite maior liberdade de expressão e de escolha, tanto das peças quanto dos papéis que cada um pode desempenhar, mas ao mesmo tempo também cumpre uma função de adestramento, sob os princípios de competitividade, destaque individual, talento, etc., que regem hegemonicamente a sociedade.

Não se trata de apenas criticar o teatro tradicional alegando que ele é “ruim”. O que se pretende é demonstrar que o teatro tem outras vertentes que colaboram também com a formação política das pessoas, atores, espectadores, produtores e organizadores, como o teatro político que tem uma preocupação com

um processo formativo mais amplo, que traz reflexões e ações transformadoras.

Diferentemente daquela vertente teatral que é praticada exclusivamente em datas comemorativas, - como por exemplo no dia do índio quando as crianças são pintadas e enfeitadas com penas e são estimuladas a dançar e cantar como os índios - o teatro que busca a conscientização política sugere que sejam feitas reflexões sobre a condição histórica e atual dos índios e a nossa relação pessoal com essa situação.

No dia das mães as crianças normalmente encenam uma história de uma família e de uma mãe querida e sofrida, e no fim da peça tudo dá certo e termina bem. No dia da árvore, plantam mudas e chegam até a fazer as crianças se vestirem como árvores e ficarem paradas, imitando-as e, na época do natal as pessoas fazem peças sobre o amor, confraternização, presentes, Papai Noel, nascimento de Jesus, e parece que finalmente as coisas estão bem melhor. Muitas vezes há emoção e indignação, mas não há conscientização sobre os problemas sociais, a ponto de haver questionamentos críticos sobre a realidade, pois não há reflexão.

O que ocorre é uma verdadeira diminuição da potencialidade do teatro, há uma desqualificação dele como meio formativo. As pessoas não sabem a importância de se trabalhar com uma nova possibilidade de teatro, numa outra perspectiva. Na verdade, falta formação para os educadores, pois nas universidades e faculdades se fala muito da importância da arte e do movimento do corpo, da coordenação, mas as pessoas não conhecem outras formas de se fazer teatro, político, crítico e reflexivo como o Teatro do Oprimido, por exemplo, um teatro que possa ser útil para a transformação social. Os educadores não sabem e por isso não se perguntam:

Como se estabelece a relação do espectador com a obra teatral? Essa recepção pode ser dinamizada? Que procedimentos utilizar visando provocar esteticamente a recepção? Como estimular o espectador a empreender uma atitude artística, produtiva, em sua relação com o mundo lá fora? Qual a importância atual de se pensar uma pedagogia do espectador? Como se estruturaria essa pedagogia na contemporaneidade? Como compreender o processo de formação de espectadores? Formar para quê afinal? (DESGRANGES, 2003 p. 17)

Sabe-se que é preciso uma mudança drástica no sistema educacional brasileiro, pois a educação que é oferecida não se relaciona com o dia a dia dos alunos, é uma maneira descontextualizada de ensino aprendizagem. Então, o que

esperar do teatro neste modelo de escola? É preciso formação crítica consciente e emancipatória aos educadores, para que haja um processo de construção da consciência política nos alunos e a arte teatral pode contribuir para que isso se realize. É preciso, como diz Flavio Desgranges (2003), da formação de espectadores críticos, pensadores.

Se contrapondo a este modelo de educação capitalista há algumas teorias contra hegemônicas que buscam a liberdade através da práxis política e é neste sentido que o teatro político trabalha, para que haja a construção da consciência de forma transdisciplinar envolvendo o diálogo, união de vários saberes, a interação entre sujeito e o objeto, um conhecimento da realidade para então haver a construção de uma consciência crítica sobre a realidade.

4.2 Uma visão panorâmica da história do teatro político

De acordo com Rayssa Aguiar Borges (2007), após a Revolução Comunista de 1917, a Rússia passa a viver um novo panorama político, resultando em experiências de popularização do teatro, tanto no acesso a espetáculos quanto na forma de organização das peças, que passaram a ser feitas por trabalhadores, surgindo um teatro de natureza política.

Neste período, uma das formas de comunicação utilizadas entre o Estado Revolucionário Russo e a população era o teatro, que visava à mobilização, garantindo a vitória da luta revolucionária como passo importante para a construção do socialismo. Em 1920 o Partido Comunista Soviético criou um Departamento de Agitação e Propaganda e os grupos auto ativos se organizavam através de movimentos sociais e eram utilizadas estratégias de agitação e propagandas artísticas que ficaram conhecidas como agitprop. Os principais objetivos deste modelo de teatro giravam em torno da informação, educação e mobilização para a ação, visando à formação da consciência política e a emancipação humana. “A palavra de ordem é instruir o povo e garantir, a todo custo, a vitória da Revolução, a luta revolucionária e os primeiros passos para a construção do socialismo” (GARCIA, 2004, p. 6).

Garcia (2004) destaca que o agitprop tinha por missão usar a arte como uma arma revolucionária e, por isso, intelectuais, trabalhadores e artistas buscavam disseminar as ideias socialistas através do ativismo político e social. O movimento

contava com as organizações de base e movimentos populares com o intuito de agitar a sociedade, dar visibilidade ao movimento e aos conflitos entre a sociedade e o governo. Como resultado dessa propaganda e agitação coletiva foram organizadas várias manifestações populares e demonstrações públicas como passeatas, comícios, greves, eventos artísticos. É nesse momento que o movimento cria um ambiente que colabora com o crescente clima revolucionário.

A agitação e propaganda é um conjunto de expressões que podem ser utilizadas como tática de denúncia e também serve para provocar a indignação das classes populares, organizar os trabalhadores e politizar as massas. Alguns autores alemães, como Bertolt Brecht e Erwin Piscator, sofreram influências diretas do teatro utilizado pelas campanhas do Agitprop. (HAMON, 1977)

Pouco a pouco, as estruturas dramáticas foram dando lugar à uma nova linguagem adaptando velhas formas aos conteúdos revolucionários. A partir de 1921, com o fim da Guerra Civil, a nova fase de política econômica na Rússia se inicia com controle estatal, isso modificou as estruturas dos grupos de teatro, que passaram a ser remanejados e tendo que se submeter ao controle das cooperativas de atores do Exército Vermelho. Em 1922 surge o Tram (Teatro da Juventude Operária), que desenvolve intenso trabalho nas fábricas e jardins públicos. Esse teatro “vai trabalhar enfocando a problemática do jovem na conjuntura presente de transição para o amanhã. O adjetivo dialético refere-se ao modo pelo qual é tratado o tema e são construídas as personagens”. (GARCIA, 2004, p 39).

Borges (2007) alega que “uma ampla camada da população, antes marginalizada, participa vigorosamente do teatro de agitprop, que rejeita os artifícios do ilusionismo e nega o teatro tradicional” (p. 8) e esse trabalho de agitprop também se desenvolvia no campo. Porém, em um congresso sobre questões teatrais, realizado em 1927, promovido pelo Partido, ficou concluído que o resultado que vinha sendo apresentado pelos movimentos agitpropista e auto-ativo distanciavam muito do padrão desejado e careciam de qualidade. Nos três anos seguintes a atuação do grupo se restringiu às áreas rurais, mas em 1930 foram à falência devido, principalmente, à censura de ordem estética, tentativa de profissionalização dos grupos e excesso de interferência do Partido. O único grupo que consegue se manter, pelo menos até 1936, é o Tram. (GARCIA, 2004)

Na Alemanha, o teatro político se inicia no fim na I Guerra Mundial, com o retorno de Erwin Piscator a Berlim, que juntamente com Herman Schuller vai fundar

em 1919, o Teatro Proletário, buscando educação política. O Teatro Agitpropista da Alemanha tem caráter de oposição e resistência, um teatro preocupado em trazer esclarecimento e reconhecimento. Tanto o teatro operário quanto o agitprop surgem de uma situação política e buscam se estabelecerem como manifestação cultural da classe trabalhadora (Op. cit).

Para se falar em teatro político deve-se reconhecer a importância destes dois nomes: Bertolt Brecht e Erwin Piscator. Todos os escritos teóricos, dramaturgicos ou os espetáculos de Brecht são resultados de sua prática, e é preciso assimilar seus pensamentos criticamente para desenvolvê-los de forma democrática e criativa. Trata-se de um novo teatro que se destina a mudar o mundo e também tornar a vida das pessoas mais agradável. (BORGES, 2007).

O teatro, por sua vez, como uma das formas de arte traduz desde sua origem, uma veia política Talvez, seja uma das características da arte a capacidade de perceber o que está acontecendo nos seus momentos históricos e de poder interferir, propondo mudanças. Neste sentido, as influências de Bertolt Brecht (1898-1956), [...] entre outros que se envolveram profundamente no seu contexto político e que produziram obras que se preocuparam com as demandas sociais de grupos menos favorecidos. Trouxeram reflexões de experiências sobre a conscientização em contraposição à opressão, no intuito de reafirmarem a capacidade de percepção e indignação do povo ao tipo de educação recebida de sua formação política, atrelado as indagações objetivas e subjetivas da produção devida. (OLIVEIRA, 2010, p. 22)

Quando se fala do teatro político no Brasil devem-se destacar três momentos mais importantes. O primeiro ocorreu com os anarquistas, imigrantes que vieram para o Brasil substituir a mão de obra escrava e trouxeram suas tradições e cultura. A princípio tratava-se de um teatro operário em meio a trabalhadores europeus e a partir de 1890 ensaiam a fundação de partidos socialistas e anarco-sindicalistas. A vida cultural libertária deles passou a se fortalecer principalmente através da *Festa dos sábados à noite*, organizada em forma de noite cultural, em que havia recitações, apresentações teatrais, conferências e bailes. (GARCIA, 2004)

A imprensa operária também teve importante papel na organização anarquista. Mesmo tendo disciplina e empenho o modelo teatral utilizado por esse grupo era o tradicional. No final da primeira década de 1900 o trabalho teatral assume um caráter mais evidente de propaganda, mas sem muitas mudanças fundamentais. Em 1930, o teatro libertário praticamente desaparece, mas ainda permanece um grupo de teatro do Centro de Cultura Social, trabalhando dentro da

mesma perspectiva que conseguiu permanecer até a década de 1960. No segundo momento, entre 1958 e 1968, nasce o Teatro de Arena de São Paulo, com a encenação da peça “Eles não Usam Black-tie”, de Gianfrancesco Guarnieri. (Op.cit.)

O terceiro momento, dos anos 1960 e 1961, deve ser levado em consideração por sua radicalidade, foi marcado pela criação do Movimento de Cultura Popular (MCP) em Recife (PE), e do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE).

O CPC tem essa marca, no caso brasileiro, de ter sido o primeiro grupo organizado que enfrentou concretamente a determinação brasileira do teatro burguês. Isto é, ele deixou de se pensar como um grupo que vai fazer espetáculos e arrecadar dinheiro na bilheteria, ele rompeu com a condição de teatro-mercadoria. (COSTA, 2004, p 38)

É nesse momento que o agitprop que se fortalece no Brasil com a agitação de rua, considerando o momento político em que o país vivia, a sociedade civil passava por uma euforia nacionalista da luta por reformas de base e agrária, com possibilidades reais de mudanças, como voto ao analfabeto, reforma na educação com aprovação da Lei de Diretrizes e Bases e o fortalecimento de organizações das classes trabalhadoras (GARCIA, 2004).

O Movimento de Cultura Popular influenciou tanto o Nordeste como outras regiões do país. O CPC surge inicialmente com atividades teatrais e posteriormente cria um departamento de cinema, e outros setores como o de música, arquitetura, administração, artes plásticas, literatura e alfabetização de jovens e adultos. Desenvolveram teatros ambulantes, teatro camponês e produziram várias produções férteis e diversificadas. Mas uma questão que deve ser destacada foi a multiplicação das experiências que havia no coletivo da UNE, que distribuíam para outros centros suas produção de peças, músicas e cartazes. Recebiam apoio do Departamento de Relações Externas e dos partidos políticos (Op. cit.).

[...] mesmo assim apesar do radicalismo e da não consecução de seus objetivos - nem fizeram a revolução, nem criaram uma arte popular revolucionária, nem mesmo promoveram uma aliança histórica entre o segmento da pequena-burguesia ao qual pertenciam e as massas populares - o CPC marcou época e deixou exemplos. (GARCIA, 2004, p. 118).

Com o golpe militar de 1964, o Estado desarticulou o teatro político e Iná

Camargo Costa (2012) destaca que esses momentos citados foram períodos importantes e de ruptura que explicam parte da história do teatro em nosso país. O regime militar pôs fim às experiências do CPC da UNE e dos grupos de agitprop, mas os resultados repressivos não repercutiram imediatamente, já que o teatro sempre manteve uma atitude de oposição e desafio: “assim os primeiros quatro anos da ditadura paradoxalmente contribuíram para a história do teatro brasileiro com algumas de suas contribuições mais significativas” (GARCIA, 2004, p 119). Mas, partir de 1968, a situação torna-se mais crítica e a ação da censura coloca o teatro entre as atividades de alto risco.

Garcia (2004) destaca ainda que, em 1967, surge uma “corrente” que ficou conhecida como Tropicalismo, mas que sofreu severas críticas tanto de Augusto Boal quanto de grande parte da esquerda artística. “Dessa mesma raiz nasce o descontentamento de amplo setor jovem de teatro frente às produções profissionais, cujo vigor arrefece gradativamente à medida que a censura torna-se cada vez mais coercitiva” (p. 121).

Na década de 1970, muitas das pessoas que tinham envolvimento cultural foram torturadas e exiladas, mas mesmo com tanta repressão alguns elencos de teatro persistiram com uma atitude de enfrentamento. Foram utilizados vários subterfúgios para escapar da censura, como metáforas, analogias e alusões. É interessante que “sentimento de resistência brotou no teatro como em todas as esferas da atividade social onde se manteve um laivo de consciência” (op. cit, p 124).

É nessa década que vão surgir dezenas de grupos que se deslocam para as periferias a procura de um público mais popular como forma de resposta à situação repressiva vivida pelo país. São grupos que vem de experiências diferenciadas, tem idealismo e engajamento, mas não são estruturados, alguns não resistem nem mesmo a duas apresentações. A intenção era manter a comunicação com as periferias que não tinham acesso aos bens culturais produzidos no Centro.

Garcia (2004) ressalta que os principais aspectos que aproximavam os grupos era a intenção de produzir coletivamente, atuar fora do âmbito profissional, levar o teatro para as periferias e a produção de um teatro popular estabelecendo um compromisso de solidariedade com a realidade e o espectador.

Na década de 1980, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) retoma a questão da luta pela terra através da ação de massas, organizando

coletivos em diferentes áreas de atuação, envolvendo a teoria e a prática com um olhar mais consciente e politizado sobre o cotidiano atual, demonstrando que era preciso retomar a pauta cultural nas lutas políticas.

A partir da década de 1990, alguns grupos teatrais retomam essas questões através do teatro político. Grupos como Folias d'Arte e a Companhia do Latão, através da troca de ideias e de experiências, apresentaram resultados positivos em termos de reflexões sobre a realidade. "O grande desafio que se apresentava era o de lutar pela sobrevivência de coletivos estáveis de trabalho teatral, nos quais um processo de formação e de pesquisa pudesse efetivamente ser posto em prática em caráter permanente" (p. 2). O Movimento Arte contra a Barbárie, fundado em 1999 por grupos teatrais em São Paulo, surgiu na tentativa de reorganizar uma parcela do setor teatral, dando continuidade ao trabalho artístico, pois o consideravam como essencial. (BETTI, sd)

No início de 2001 nasce a Brigada Nacional de Teatro do MST Patativa do Assaré da parceria entre o MST e o CTO (Centro de Teatro do Oprimido), a preocupação girava em torno do treinamento de militantes, para que os mesmos pudessem se tornar multiplicadores das técnicas do teatro do Oprimido, ministrando oficinas em encontros do Movimento, acampamentos e assentamentos por todo o Brasil. Essa formação inicial ocorreu em quatro etapas que contaram com oficinas regionais, estaduais e de grandes regiões, em seminários, encontros e cursos, resultando na formação de vários grupos teatrais espalhados por todo o país. (COLETIVO, 2007).

O movimento de trabalho teatral assim constituído atingiu seu grau máximo de amplitude e de articulação em 2001, quando se organizou a Brigada Nacional de Teatro Patativa do Assaré, uma frente de cunho formativo materializado através de oficinas, cursos e debates. [...] No campo específico do teatro isso veio a abrir canais para que todo o trabalho desenvolvido na primeira fase do movimento fosse revigorado através de uma parceria ativa com o Centro do Teatro do Oprimido. (BETTI,s/d, p. 4)

Diante da necessidade de maior aprofundamento teórico, a partir do ano de 2004, contando com a importante colaboração de Iná Camargo Costa, os grupos de teatro do MST iniciaram os estudos sobre teatro épico, as formas e as teoria dos gêneros. Os trabalhos foram se fortalecendo cada vez mais resultando na produção de vários materiais, tanto teórico como peças de teatro político, que foram publicados e tem servido de apoio para muitos grupos. (COLETIVO, 2007)

Várias organizações teatrais espalhadas por todo o Brasil e alguns cursos de licenciatura, como a LEdoC por exemplo, tem buscado estabelecer um diálogo com a realidade através de um teatro dialético, épico e politizado, buscando a conscientização política e mobilização social, para isso são avaliadas as ideias que deram certo e os aspectos que deram errado no decorrer da história teatral, e que podem servir de exemplos para a realidade vivenciada.

É verdade que a vida e todas suas complexidades não poderiam caber nem mesmo no maior de todos os romances e muito menos em uma peça teatral, mas pode se fazer uma redução estrutural dos conflitos e contradições existentes, transfigurando os dados sociais em dados estéticos, e então, dentro de uma peça de agitação e propaganda, por exemplo, pode-se apontar várias realidades existentes.

O teatro de agitprop incluem outros elementos diferentes da literatura, trabalha com o risco, acontece sem ser convidado, é uma forma de transformar a rua em um espaço de debate, para aquele que quiser ver, e onde todas as pessoas possam analisar as questões apresentadas. A rua proporciona a possibilidade de posicionar em qualquer lugar uma discussão, um debate, uma reflexão social, este tipo de ação teatral vai além do espaço bem comportado em que as pessoas vão apenas para assistir Agitação e propaganda.

Nas peças de teatro de agitação e propaganda são muito utilizados o cômico, o exagero e o sarcasmo. O agitprop é formado por cenas breves e diversificadas, que vão trazendo reflexões políticas, em que as pessoas são “obrigadas” a pensar. São utilizadas várias estratégias para prender a atenção do espectador e fazê-lo participar do espetáculo como, por exemplo, a repetição de palavras, cantos, rimas e ritmos.

Para organizar o figurino e o cenário não é preciso envolver muito investimento, basta que as pessoas espectadoras consigam identificar do que se trata a ação encenada. Para isso, alguns acessórios simples são bem úteis, pois podem ser usados para identificar determinados “papeis sociais”, como uma enxada representando o trabalhador do campo e a cartola o capitalista. Outra tática utilizada são os materiais escritos como cartazes – slogans, diagramas, crachás e sinalização.

O teatro político passou por muitas mudanças no decorrer da História, mas uma de suas marcas principais foi sempre a tentativa de modificações, mostrando que é possível, através da arte teatral, maior reflexão sobre a importância da

organização coletiva, conscientização em busca transformação econômica, política e social. Claro que para avaliar se um grupo atingiu seus objetivos deve ser levando em conta a situação do país, que muitas vezes não permite que os projetos contra hegemônicos sejam concretizados, e foi o que aconteceu com vários desses grupos teatrais. Mas a luta não para, e o Teatro do Oprimido é uma das alternativas existentes que tem se mostrado potencialmente formativa e conscientizadora.

4.3 O Teatro do Oprimido e algumas experiências

Para compreendermos melhor em que perspectiva Augusto Boal (1991) trabalhava, quando batizou de “Teatro do Oprimido”, um conjunto de ideias teatrais, políticas e críticos-sociais, podemos iniciar falando de Paulo Freire, renomado educador e escritor, que trouxe a ideia de “educação como prática da liberdade” (FREIRE, 1987, p. 09), ou de uma Pedagogia Libertadora, em que se debatia a relação de opressor/oprimido, criticando a educação bancária, que sempre acompanhou o sistema de educação tradicional brasileiro, em que o professor ensina e os alunos que não sabem nada, aprendem.

Em *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire (1987) discute a necessidade do empenho pela libertação, que somente ocorrerá através de uma mudança revolucionária, e para isso os explorados precisam deixar a cultura do silêncio, seus preconceitos, suas marcas, sua desconfiança. É preciso estabelecer uma relação em que se possa confiar uns nos outros, acreditar nos homens oprimidos que, engajados na luta pela libertação do ser, se tornarão sujeitos conscientes, convencidos da situação em que se encontram, e que determinados e unidos, terão o poder de lutar e alcançar o objetivo de se libertarem mutuamente. É necessária conscientização, reflexão crítica de si mesmo e do mundo, precisamos nos enxergar como sujeitos construtores da nossa história. (FREIRE, 1987)

O pensamento filosófico de Paulo Freire mostrava que ninguém se liberta sozinho. A liberdade é uma conquista difícil de ser alcançada, e há uma grande falta de disposição em se lutar por ela, talvez seja porque os oprimidos tenham medo da liberdade, pois a partir dela terão a responsabilidade de superar a situação opressora em que vivem e propor mudanças reais, expressando sua autonomia, tendo que buscar incessantemente o “ser mais de todos”.

É necessária uma ação transformadora, que precisa necessariamente partir

do oprimido, mas que não é nada fácil. Não há como o opressor libertar alguém, pois ele “precisa” que a situação opressora permaneça para que ele continue sua dominação, é por isso que a maioria das pessoas desiste e aceita como sendo natural, normal e se adaptam a realidade existente, não se questionam, não pensam, se acomodam se tornando meros “objetos” humanos, conhecido pela literatura como reificação - coisificação do ser humano.

Seguindo a mesma expectativa de Paulo Freire, Augusto Boal inicialmente propôs um novo método de discussão/reflexão/ação da realidade que não se restringe à palavra escrita, o Teatro do Oprimido (TO). Este método consiste em variadas sequências didáticas que podem ser utilizadas dependendo do objetivo de cada trabalho e de cada realidade.

Conforme Gonçalves (2003) o Teatro do Oprimido surge em fins da década de 1960, numa época em que o Brasil passava por um período conturbado, no horizonte do engajamento político, a esquerda lutava contra a ditadura militar. Augusto Boal era diretor do grupo Arena, que buscava desenvolver pesquisas e explorar os limites da linguagem teatral, procurando formas diferenciadas de democratizá-la, e colocá-la a serviço do povo. Em 1971, Boal foi preso, torturado e exilado e durante seu exílio teve a oportunidade de desenvolver sua técnica trabalhando em vários países da América do Sul, e posteriormente, na Europa.

O Teatro do Oprimido é uma obra teórica sobre o teatro, reunindo ensaios e relatos de situações com objetivos inteiramente distintos [...] ainda que inseridos em situações bastante diversas, tanto do ponto de vista econômico, como cultural, Boal jamais abandona a intenção básica de fazer teatro para oprimidos. Para compreender corretamente esta poética do oprimido, é preciso ter diante dos olhos seu objetivo principal: transformar o povo, o espectador, o elemento passivo do teatro em sujeito, em ator, em transformador da ação dramática. (SARTINGEN, 1998, p. 137)

Os exercícios propostos por Boal visam a auto-reflexão e ampliação das possibilidades corporais de expressão. Suas técnicas teatrais: Teatro Imagem, Teatro Invisível e Teatro-Fórum, visam cumprir dois objetivos principais. O primeiro é ajudar a compreender melhor uma situação cotidiana, que aparentemente é “natural”; e o segundo é ensaiar ações que possam auxiliar na quebra de opressões reveladas nesse processo.

O método do TO busca a transformação do espectador passivo em sujeito transformador da ação dramática, o que vai incentiva-lo a agir e reagir em sua

realidade, conscientizando-o sobre suas responsabilidades diante das necessárias transformações sociais. Para isso, são desenvolvidos jogos que estimulam a participação e o compromisso individual, valorizando as experiências coletivas. Para Boal, o teatro pode até não ser revolucionário em si, mas “é um ensaio da revolução”.

A dimensão cosmopolita de seu teatro já data dos quinze anos, entre 1971 e 1986, em que esteve no exílio político. Nesta fase, Boal desenvolveu as experiências teatrais que lhe renderiam o reconhecimento internacional do público, da crítica, dos estudiosos e do meio teatral. Elevado ao status de recriador do Teatro Político assumiu lugar de definitivo na galeria de nomes mundialmente reconhecidos na área como Brecht e Stanislavsky, exatamente por fazer aquilo com que Brecht apenas sonhou e escreveu: um teatro alegre e instrutivo (CARVALHO, 2006, p 23.).

Podemos citar algumas das técnicas utilizadas no TO, que podem ser divididas e organizadas didaticamente em: Conhecimento do Corpo, Tornando o Corpo Expressivo, O Teatro como linguagem, Teatro Imagem, Teatro Debate ou Teatro Fórum e o Teatro como Discurso, que pode envolver: 1) Teatro Jornal, 2) Teatro Invisível; 3) Teatro Fotonovela; 4) Quebra da Repressão; 5) Teatro Mito; 6) Teatro Julgamento e 7) Rituais e Máscaras. (GONÇALVES, 2003)

Nas oficinas de TO são desenvolvidos exercícios que visam favorecer gradualmente a interação entre os participantes como: Andando pelo espaço, Círculo de Nós, Batizado mineiro, Hipnotismo colombiano, Zip Zap Toin. Há os exercícios que possibilitam ampliar a percepção dos outros sentidos, além do da visão, favorecendo a construção da confiança entre os participantes, entre eles: o Floresta de sons, O ponto, o abraço e o aperto de mão e Vampiro.

Há ainda algumas técnicas de Teatro Imagem que possibilitam a discussão de questões emblemáticas levantadas pelos participantes das oficinas, a partir de imagens estáticas produzidas corporalmente como: a Fotografia Dinamarquesa, Homenagem à Magrit, Jogo do poder, Copiar os gestos, Completar imagem, Imagem da palavra.

A Imagem da opressão – ideal – transição, consiste em montar uma escultura com corpos dos participantes que represente uma situação de opressão. Há um “escultor” que indica aos participantes escolhidos o modo como devem ficar, e qual a expressão facial adequada a cada personagem, as pessoas ficam como estátuas e juntas formam uma imagem que representa um conflito existente na sociedade ou

na comunidade específica.

Depois da discussão com o grupo sobre o significado daquela escultura o escultor informa o que quis representar e, em seguida, o curinga³ pede aos demais para que façam uma imagem que represente uma situação ideal (sem nenhuma opressão) e em seguida uma imagem de transição do estado de opressão para o estado ideal. (GONÇALVES, 2003)

Há ainda exercícios que acabam levando a demonstração de Teatro Fórum como, por exemplo, a Aperto de mão e Invasão de Território. Essas técnicas possibilitam discutir coletivamente situações cotidianas de opressão, a partir de encenações criadas pelos participantes de problemas específicos individuais familiares e das comunidades. Há o momento de debater sobre os conflitos, organizar maneiras de apresentar os problemas vivenciados, e abrir um debate sobre as possíveis soluções para os mesmos.

O Teatro Imagem e o Teatro Fórum são métodos que buscam a possibilidade de fazer com que todos os participantes do processo de ensino aprendizagem, atores e espec-atores, se comuniquem trazendo reflexões críticas e políticas sobre a realidade.

O Teatro Fórum pode iniciar tanto de uma imagem quanto de uma peça que aponte um problema real, as pessoas da plateia não são ignoradas como se não estivessem lá, pelo contrário, há um envolvimento dos atores com os não atores, há diálogo entre os personagens e os demais, os atores olham para todos e sabem que não há aquela quarta parede ilusória, utilizada no teatro dramático que distancia as pessoas. (GONÇALVES, 2003)

Em um determinado momento da peça, no clímax em que se apresenta a situação de opressão, a peça é paralisada e então as pessoas, através do curinga, são instigadas a debaterem sobre aquele problema apresentado, e propor possíveis soluções reais para o mesmo, a plateia participa da peça, abre-se um fórum, em que são discutidos os porquês da realidade enfrentada e quais poderiam ser as possíveis soluções.

É a partir deste momento que os espec-atores podem entrar no lugar de algum daqueles oprimidos e agir, encenando como fariam se estivesse enfrentando aquele problema na vida real. Após a apresentação da ideia, é aberto novamente o

³ Pessoa responsável em instigar os expectadores a participarem do debate, e a entrarem na peça como atores para tentar solucionar de alguma forma o problema colocado.

fórum para a rediscussão do novo quadro, analisando de forma crítica se a solução apresentada é possível, viável, se tem consequências, e quais são elas. Se houver mais ideias, são encenadas e debatidas. Este método faz com que as pessoas pensem sobre a desigualdade social e suas consequências e treinem para agir quando enfrentarem situações semelhantes (BOAL, 1991).

Representar em diversos espaços é um processo construtivo que traz muitas experiências significativas para o desenvolvimento crítico social. Um exemplo bem positivo de Teatro Fórum foi proporcionado pela peça “Contra que? Contra quem?”, trabalho resultante de projeto de extensão da UnB chamado Terra em Cena, representado e realizado no auditório da FUP pelo Coletivo Terra em Cena, em novembro de 2011, que envolveu muitas pessoas no debate e reflexão sobre os conflitos existentes nos assentamentos, trazendo a tona os conflitos da reforma agrária no Brasil e a falta de políticas públicas que garantam a vida com dignidade dos povos camponeses. O debate foi produtivo e mexeu com os espectadores, que não ficaram passivos na plateia, mas sim ativos, participativos.

Filosoficamente falando, o ser passivo é aquele que se deixa governar e arrastar por seus impulsos, inclinações e suas paixões, pelas circunstâncias, pela sorte, pela opinião alheia, não exercendo sua própria consciência, vontade, liberdade e responsabilidade. (CHAUI, 2000).

Ao contrário, o ativo ou virtuoso é aquele que controla interiormente seus impulsos, suas inclinações e paixões, discute consigo mesmo e com os outros os sentidos e os valores e dos fins estabelecidos, indaga se devem e como devem ser respeitados e transgredidos valores impostos pela sociedade, avalia sua capacidade para dar a si mesmo as regras de conduta, consulta sua razão e vontade antes de agir, considera os outros, mas sem se deixar submeter cegamente a eles, responde pelo que faz, julga suas próprias intenções e recusa a violência contra si e contra os outros. (op.cit.)

A partir do momento que as pessoas deixam de ser espectadoras e tem a oportunidade de participar das possíveis resoluções de conflitos que representam seus problemas, a passividade vai dando lugar a atitudes, e quando se depararem com os problemas em suas realidades, terão o desejo de agir para buscar solução, da mesma forma como foram incentivados a entrarem no palco e serem protagonistas das histórias encenadas.

Vale salientar as experiências positivas e formativas vivenciadas no mês de

outubro de 2013, na “Mostra Terra em Cena e na Tela: mostra da produção teatral e audiovisual da Educação do Campo da UnB”, esse evento foi uma culminância de dois projetos que trabalham linguagens artísticas nas comunidades rurais e quilombolas, o projeto “Terra em Cena” e o projeto “Formação de Educadores do Campo para o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação, para análise e produção audiovisual e trabalho com juventude rural no Centro Oeste”.

Além de debates importantes proporcionados por mesas sobre diversos temas que dizem respeito à realidade camponesa, foram apresentados vários filmes e peças, que são resultados do processo de formação do curso de Licenciatura em Educação do Campo, e das ações em Tempo Comunidade fortalecendo o papel do educador popular. Também nessa Mostra houveram várias oficinas e mini cursos e podemos destacar entre eles a de “Teatro de agitprop com ênfase na Linguagem Teatral”, “Introdução à Linguagem Teatral”, “Construção de personagem” e “O papel do curinga no Teatro Fórum”, que reforçaram a importância do trabalho teatral como mediador do processo de formação humana.

Através desses momentos de aprendizados e reflexões pode-se perceber o papel formativo, mobilizador e organizativo que o teatro pode desempenhar nas comunidades. Analisando o envolvimento dos jovens de vários assentamentos nas oficinas e o empenho de todos na apresentação das peças, produzidas por eles de forma coletiva, fica fácil compreender o prazer que o teatro propõe ao mesmo tempo em que trabalha com a formação da consciência política. E de acordo com avaliação dos participantes das oficinas, o teatro aponta inúmeras possibilidades de organização e lazer, demonstração de conflitos familiares, de diálogo, e do fortalecimento de amizades. É possível perceber a disciplina e organização dos grupos na condução dos fóruns sobre os problemas sociais que envolvem as comunidades, que foram discutidos com os participantes da mostra.

Para reestruturar uma sociedade, com uma visão política consciente, que lute por seus direitos, sabendo qual rumo seguir e qual alvo atingir é necessário estudo coletivo e organização da massa. Desenvolver a consciência política nas pessoas não é uma questão simples, e o teatro político pode ser considerado como uma grande potencialidade formativa, por sua força política e poder de conscientização.

A arte tem um caráter humanizador e podemos concluir que a linguagem teatral é uma arma contra hegemônica que o povo deve aprender a manejar, e para

isso é preciso alguns elementos como cumplicidade e organização do grupo que se propõe a realizar ações reflexivas e coletivas que promovam novas visões de mundo, na busca por transformação social.

Não se pode deixar de ressaltar as experiências coletivas que o Teatro do Oprimido tem proporcionado na vida dos estudantes da LEdoC e nas comunidades em que estão inseridos. Muitos educandos tem conseguido, através do Teatro Fórum, abrir o debate sobre os problemas sociais, que tem prejudicado a vida das pessoas trazendo a conscientização, e em alguns casos, até mesmo a mobilização social e ações com resultados imediatos.

Outros exemplos que podem ser citados é o do coletivo “Terra em Cena” e da “Brigada Semeadores”, que também buscam desenvolver suas atividades formativas, numa perspectiva emancipadora. Nas reuniões para estudos, ensaios, e auto avaliações das ações individuais e coletivas, realizadas e das não realizadas, fica claro que a disciplina e organização coletiva são fundamentais para o trabalho teatral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vida com suas complexidades está permeada por situações que, aparentemente, são resultados de ações individuais, mas, quando estudamos com mais atenção, percebemos que cada situação vivenciada hoje em dia é resultado de um processo histórico que envolve toda a sociedade e o sistema capitalista, tanto na manutenção da hegemonia quanto na tentativa de ações contra hegemônicas.

O processo de formação da consciência política é formado a partir de vários fatores, pois cada indivíduo é um fruto social. Esta pesquisa aponta algumas contribuições do teatro nesse processo formativo, já que ele é uma linguagem que, se bem utilizado, pode trazer resultados importantes para a formação humana, como demonstra o estudo sobre a trajetória da arte teatral.

As investigações teóricas realizadas nessa pesquisa demonstraram que o teatro, além de contribuir para a conscientização política, pode proporcionar meios para a organização e mobilização social, e a partir da análise comparativa entre teatro tradicional e teatro político, pode-se perceber que o teatro utilizado nas escolas, na maioria das vezes, tem contribuído com o processo de alienação.

Para compreender melhor a realidade vivenciada hoje em dia pela população

do campo e sua falta de visão política foi feita uma contextualização histórica da formação do Brasil e seus conflitos agrários, demonstrando que os Assentamentos de reforma agrária do país apresentam muitos conflitos estruturais que podem ser percebidos, a partir do momento que analisamos, de forma crítica, sua organização política. Foi destacado nessa pesquisa dois modelos de assentamentos os organizados pelo INCRA e os que são organizados por movimento sociais, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e CPT (Comissão Pastoral da Terra), que tem se preocupado com a formação política dos trabalhadores por meio de ações que envolvem a cultura e, neste trabalho, percebe-se a diferença estrutural de cada um desses dois modelos de assentamentos.

Há várias teorias filosóficas e psicológicas que estudam o homem e seu processo de desenvolvimento, consciência e emancipação humana. Neste trabalho, foram abordadas algumas dessas concepções, o que contribui para melhor compreensão do assunto. O Behaviorismo garante que o comportamento humano pode ser moldado através de estímulos positivos e negativos, já que os organismos buscam se adaptar ao meio em que vivem. A Gestalt destaca a importância da percepção, sensação, emoção, motivação e a aprendizagem na formação da consciência.

Na Psicologia do Desenvolvimento Humano, de Jean Piaget, são destacadas as teorias Inatista, que afirma que as pessoas agem por instintos independentes do ambiente em que vivem, a Ambientalista que ao contrário afirma que as pessoas são totalmente e somente moldadas pelo ambiente em que estão inseridas e a Interacionista, que garante que a formação da pessoa se forma a partir da interação entre o ser humano e o ambiente social em que convive.

A Psicanálise demonstra que muitas explicações sobre os seres humanos são possíveis somente através da compreensão do inconsciente. Nessa perspectiva há algumas formas de consciências. O início da superação da alienação, é a chamada "Consciência em si" ou Consciência da reivindicação, e esse tipo de conscientização é possível somente através da ação coletiva. E ainda existe um tipo de Consciência Revolucionária que busca a transformação da sociedade e exige um outro sujeito: a classe.

A teoria da Subjetividade Histórico-Cultural, através de um pensamento dialógico e se dá na forma complexa das dimensões cultural, emocional, racional, social, passado, presente. Tem uma visão mais ampliada da questão, pois envolve

praticamente todos os elementos que dizem respeito ao sujeito e o espaço social e cultural em que ele está inserido, mostrando a existência da dialética que acontece entre o biológico e o social na construção das chamadas funções psíquicas superiores.

Como a educação está intimamente ligada à consciência, foi analisada seu papel na escola mostrando de forma sucinta, que muitas vezes o aparelho educacional tem colaborado com o processo de alienação e, neste contexto, buscou-se a compreensão da proposta dos princípios da Educação do Campo, que através de um novo modelo educativo, tem buscado contribuir com o processo de conscientização humana.

Por meio da LEdoC (Licenciatura em Educação do Campo), surge a oportunidade de perceber que existe uma nova proposta de educação política. A metodologia do curso propõe a construção coletiva de eixos estratégicos, que norteiam o processo de sistematização dos conhecimentos adquiridos, entre os Tempos Comunidade e Tempos Universidade.

Na busca pela práxis formativa, a aplicação prática das informações teóricas obtidas na universidade é realizada através das Inserções Orientadas nas comunidades e nas escolas, o que tem proporcionado meios de um novo pensar sobre as possibilidades de transformação social, começando primeiramente pelas realidades das pessoas envolvidas no curso. O teatro político é um dos exemplos de alternativa pedagógica. Este trabalho de pesquisa demonstra a relação do teatro com a educação do campo e em que medida os eixos estratégicos da LEdoC estão interligados, numa perspectiva construtiva de conscientização política.

O trabalho teatral pode ser considerado potencialmente desalienador e existem possibilidades de melhorias de vida quando há articulação social, e o teatro político pode ser considerado uma importante ferramenta na busca por reflexões sobre a realidade, apontando possibilidades para resoluções de alguns conflitos, o que colabora de forma muito positiva com o processo formativo de conscientização.

Precisamos de uma educação problematizadora, que possa superar as contradições, formando sujeitos que enquanto ensinam aprendem, e vice e versa. O Teatro do Oprimido possibilita espaços de interação e reflexão, na busca de uma educação preocupada com a libertação e mudanças sociais, transformações que mostrem que apenas ações individuais nunca levarão a um processo revolucionário. O TO pode ser trabalhado em todos os espaços sociais.

Com a elaboração dessa pesquisa considera-se que são necessárias mudanças urgentes, no sistema educacional, político, econômico e social. É preciso uma educação social voltada para a formação de pessoas críticas e reflexivas, de cidadãos mais conscientes sobre a alienação e a realidade. Todos os espaços são formativos, mas é preciso atenção sobre que tipo de formação está sendo apresentada. É preciso formação da consciência política de todos os educadores respeitando as especificidades locais, através de uma nova metodologia que mostre as possibilidades e oportunidades de uma vida de qualidade no campo, que envolva a comunidade numa nova construção de mundo.

Para que um novo modelo de educação seja implementado no campo é preciso a organização de métodos diferenciados que busquem a interdisciplinaridade de conhecimentos e espaços educativos, e como visto no decorrer desse trabalho, o Teatro Político tem essa potencialidade. A escola, que precisa estar ligada com a vida, pode utilizar as técnicas de teatro para articular a relação entre escola e comunidade, pois ele exige a socialização, elemento indispensável para organização de qualquer grupo social.

A conscientização política é complexa, mas é extremamente necessária para as mudanças estruturais que a sociedade brasileira tanto necessita. O Brasil, marcado por conflitos históricos tão conturbados, e diante do paradoxo de ao mesmo tempo ser é um país rico, apontar uma miséria política, econômica e social, tão alarmente, mostra a necessidade de transformações urgentes.

A educação política das massas é uma alternativa emancipadora que aponta para uma mudança de sistema. A cultura e os valores precisam ser resgatados e cultivados, a alienação precisa ser combatida, para que a consciência possa se desenvolver de forma mais plena. Quando as pautas de luta da população apontavam para mudanças estruturais significativas, e foram interrompidas pelo Regime Militar, se instituiu no país um “ajustamento” às ordens estabelecidas, que pode ser verificada em todos os setores da sociedade, trabalhista, educacional, religioso, etc., e essa realidade é muito difícil de ser alterada, reverter esse quadro não é uma tarefa simples e exige uma postura consciente diante da situação.

Mas mesmo diante de tamanha dificuldade, algumas organizações sociais têm tentado se contrapor ao sistema hegemônico, é preciso *o querer* das pessoas para transformar situações. Percebemos que existem possibilidades de melhorias, e acreditamos que vale a pena sonhar e lutar por um ideal.

REFERÊNCIAS:

AITA, Elis Bertozzi. FACCI, Marilda Gonçalves Dias. **Subjetividade: uma análise pautada na Psicologia histórico-cultural.** In: Psicologia em Revista. DOI 10.5752/P.1678-9563.2011V17N1P32. 17. N 1. Minas Gerais: PUC - Minas, 2011.

ARROYO, Miguel e FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica o movimento social do campo. Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo.** São Paulo, SP: Vozes, 1999.

BATISTA, Maiara. **Nas coxias da emancipação - A estética da mística do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no processo de formação da consciência classista.** Monografia. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011.

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: **Ensaio sobre literatura e história da cultura.** Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 7ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERLINCK, Manoel T. **O Centro Popular de Cultura da UNE.** São Paulo: FAPESP E UNICAMP, s/d.

BETTI, Maria Sílvia. **Avanços do teatro de 1984 a 2005.** (s/d), mimeo.

BOAL, Augusto. **Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1991. pp. 136 – 181.

BOCK, Ana Mercês Bahia. FURTADO, Odair. TEIXEIRA Maria de Lourdes Trassi. **PSICOLOGIAS: Uma Introdução ao Estudo de Psicologia.** 13ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

BOCK, Ana Mercês Bahia. **A perspectiva Histórica da subjetividade: uma exigência para a Psicologia atual.** In: Psicologia para América Latina. São Paulo: PUC - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

BOGO, Ademar. [et al]. **O MST e a Cultura.** São Paulo, 2003.

BORGES, Rayssa Aguiar. **Teatro Político: conscientizaçãO provocativa. Experimentação de um Teatro Político, baseado em Augusto Boal, no Ensino Médio, de maneira extracurricular, buscando o processo de Conscientização proposto por Paulo Freire.** Trabalho de Conclusão de Curso. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

BUAINAIN, Antônio Márcio. et al. **Luta pela reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

BUENAVENTURA, Enrique. **Teatro e Cultura.** 2ed. São Paulo: Revista de Arte e Cultura da América Latina, 2003.

CALDART, Roseli Salette. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: Escola é mais do**

que escola. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CALDART, Roseli Salete. **Por uma educação do Campo: Traços de uma identidade em Construção.** Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2002.

CARVALHO, Darcília Tiahuãna Coimbra, GONÇALVES, Mirian Antônia. (org). **Filosofia da Educação.** Guia de Estudo, Paracatu: FINOM. 2009, 136p.

CARVALHO, Eduardo. **A mundialização do Teatro do Oprimido.** Carta Maior, 2006.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia.** São Paulo: Editora. Ática, 2000.

COLETIVO. Nacional de Cultura - Brigada Nacional de Teatro Patativa do Assaré. **Teatro e Transformação Social.** Vol. 1. Teatro Fórum e Agitprop. São Paulo: CEPATEC, 2007.

CORRÊA, Ana Laura dos Reis. Et all. **Estética e Educação do Campo: movimentos formativos na área de habilitação em Linguagens da LedoC.** In: Laís Mourão Sá; Mônica Castagna Molina. (Org.). Licenciaturas em Educação do Campo. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, v. 1, p. 179 - 210.

COSTA, Iná Camargo. **Estudo sobre teatro político com a professora Iná Camargo Costa, realizado durante reunião da Brigada.** Rio de Janeiro: MST Brigada Nacional de Teatro do MST Patativa do Assaré, 2004, mimeo.

COSTA, Iná Camargo. **Nem uma lágrima teatro épico em perspectiva dialética.** 1ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012.

COSTA, Iná Camargo. **Teatro de rua em movimento. 1 - Seminários e Debates.** São Paulo: Tablado de Arruar da Cooperativa Paulistana de Teatro, 2004.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da Filosofia – Ser, Saber e Fazer.** 14ª ed SP: Editora Saraiva, 1999. p.27-43.

COTRIM, Gilberto. **História Global. Brasil e Geral.** 8ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2005. p. 350 - 411.

DESGRANGES, Flávio. **A pedagogia do Espectador.** São Paulo: Editora Hucitec. 2003.

EUZÉBIOS FILHO. Antônio. **Primórdios da Consciência: a consciência “em si” e “para si”.** In Sujeito e Consciência: entre alienação e a Emancipação. Tese de doutorado. Campinas: PUC. 2010. p 33 - 90.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido** 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Cecília de Faria; NETTO, Renata Gomes. (org). **Psicologia Geral**. Guia de Estudo, Paracatu: FINOM, 2008.

FREITAS, Luiz. C. **A escola única do trabalho: explorando os caminhos de sua construção**. In: Cadernos do ITERRA, Ano VII, Nº14, II Seminário Nacional O MST e a Pesquisa. 2010. p 99 - 250.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32ª ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional. 2003.

GARCIA, Silvana. **Teatro da Militância: A intenção do Popular no Engajamento Político**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo. Cadernos do Cárcere**, volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000, p. 15 – 53.

HAMON, Chistine. **Formas dramáticas e cênicas do teatro de agitprop**. In: Le théâtre d' agit - prop de 1917 à 1932. Volume 1. BABLET, Denis (org). France: La Cité - L'âge d' homme, Lausanne, 1977.

GONÇALVES, Ana Cristina. (et al) **Processo de trabalho do grupo O avesso da Máscara com a técnica do Teatro do Oprimido. Cadernos do Aveso Nº1**. Brasília – DF 2003.

GONÇALVES, Maria Célia da Silva. **Sociologia da Educação**. Guia de Estudo. Paracatu: FINOM, 2007. 152 p.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre Consciência e Emancipação**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 176 p.

KOLLING, Edgar Jorge. NÉRY, Irmão. MOLINA, Mônica Castagna. (org). **Por uma educação básica do campo (memória)**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1999.

LIMA, Venício A. de. **Comunicação e Cultura: as ideias de Paulo Freire**. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Fundação Perseu Abramo, 2011. 191 p.

LOOP, Carla Maria. **Cultura e Arte: Sua Relação Com a Formação da Consciência - A Experiência do Colégio Estadual Iraci Salet Strozak**. Trabalho de Conclusão de Curso. Brasília-DF: Universidade de Brasília: ITERRA, 2010.

MACHADO, Carmem Lúcia Bezerra. CAMPOS, Chistiane Senhorinha Soares. PALUDO, Conceição. (org.). **Teoria e Prática da Educação do Campo**. Brasília, DF: MDA, 2008.

MAHEIRIE, Kátia. **Constituição do Sujeito, Subjetividade E Identidade**. In: Interações. Vol. VII • N.º 13 Jan-Jun São Paulo: UFPR, 2002. p. 31-44

MESZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Bointempo, 2005.

MOURA, Clóvis. **Miscigenação e democracia racial: mito e realidade / Da Insurgência Negra ao escravismo tardio**. In 1988 p. 61 - 250

OLIVEIRA, Christiane Freitas de. **Análise das propostas Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire, e Teatro do Oprimido, de Augusto Boal**. Faculdade UnB Planaltina/FUP 2010.

PADUAN, Maristela Soller. (org). **Psicologia. Campus Universitário de Sinop**. Mato Grosso: UNEMAT, 2002.

PERIPOLLI, Odimar J. **Expansão do Capitalismo na Amazônia Norte Mato-Grossense: a mercantilização da terra e da escola**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

PISCATOR, Erwin. **Da Arte à Política**. In Teatro Político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1968. p. 17 a 40.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: Colônia**. 5ª Ed, São Paulo: Editora Brasiliense, 1957.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **Orientações Curriculares para a educação do campo no estado de Mato Grosso**. Cuiabá, MT: Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso/ Secretaria Adjunta de Políticas Educacionais/Superintendência de Diversidades Educacionais. 2007.

RECK, Jair. **HORIZONTE TEÓRICO DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA** In A consciência política dos cooperados do MST: o caso da COOPAC-Campo Verde (MT) Tese de doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005. p. 95 - 117

SARTINGEN, Katrin. **Brecht no Teatro Brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 132 - 167.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Pulo: Duas Cidades. ed. 34, 2000.

SILVA, Adaiane Soares da. **Sujeitos Jovens do Campo**. In: Como se formam os sujeitos do Campo? Idosos, adultos, jovens, crianças e educadores. Brasília, DF: PRONERA: NEAD, 2006. p. 75 a 97.

SZONDI, Peter. **Estética história e poética dos gêneros. /O Drama**. In Teoria do Drama Moderno (1880 – 1950). São Paulo: Cosas e Naify Edições, 2001. p. 22 – 34.

TELES, Ana Maria Orofino. **A subjetividade Cultural, Histórica e Social**. In Aspectos Subjetivos no Ensino/Aprendizagem de Bio Cibernética Bucal: uma

investigação em um curso *online*. Dissertação de Mestrado. Brasília, DF: UnB. 2010. p. 10 -18.

TELES, Ana Maria Orofino. REIS JR. Osmar. **A Escola Reprodutora e a Ruptura do Sujeito**. In Pensamentos Pedagógicos e Políticas de Educação. Brasília, DF: Faculdade de Educação Universidade de Brasília; Líber Livro. 2013. p. 294 – 314.

TOBIAS, Cynthia Ulrich. **Como As Crianças Aprendem**. São Paulo: Mundo Cristão, 2005.

THOMPSON. E. P. **Consciência de Classe**. In A formação da Classe Operária Inglesa III: A força dos Trabalhadores. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987. p 303 a 311.